



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

Três Tentos Agroindustrial S.A.

31 de dezembro de 2024

com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras



Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	12
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	13
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações do resultado	16
Demonstrações do resultado abrangente	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações do fluxo de caixa	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.**Relatório da Administração**

Em 31 de dezembro de 2024

Apresentamos aos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Entregamos mais um ano de forte desempenho, com uma Receita Líquida de R\$12,8 bilhões, representando um crescimento de 42,5% em relação ao ano anterior. A 3tentos, por meio do seu ecossistema, continua agregando valor à cadeia do agronegócio brasileiro com insumos, grãos, indústrias e serviços financeiros, nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Nosso compromisso é oferecer soluções diferenciadas para produtores, consumidores e fornecedores.

Mantemos um ritmo sólido e bem estruturado de expansão das operações comerciais e industriais, sempre com o objetivo de fortalecer a integração e sinergia entre os negócios. A nossa entrada no estado do Mato Grosso, iniciada no segundo semestre de 2021, já representa 35% da Receita Líquida total, consolidando nossa presença no maior mercado agrícola do país e contribuindo para a mitigação de riscos climáticos.

As perspectivas para 2025 são positivas para a agricultura, com a previsão de uma safra recorde no Brasil. A 3tentos conquistou um espaço de destaque no setor, contribuindo para o escoamento da produção brasileira para os principais mercados globais, seja na comercialização dos grãos (soja, milho e trigo) ou na exportação dos produtos industriais, como o farelo de soja, óleo e glicerina.

Em 2024, iniciamos o fomento de uma nova cultura no Rio Grande do Sul: a canola. Nossos departamentos técnico e comercial estão preparados para apoiar os produtores gaúchos nessa nova alternativa de diversificação para o período de inverno, fornecendo insumos e originando o grão. A canola será uma matéria-prima importante para a extração de óleo, ampliando a oferta em uma época estratégica do ano.

Agradecemos a todos os nossos clientes e fornecedores pela confiança na 3tentos em mais um ano de atuação no agronegócio. Em 2025, completamos 30 anos de atividade, um marco significativo na nossa trajetória. Quero expressar um reconhecimento especial ao “Time 3tentos”, como sempre me refiro, pelo trabalho, dedicação e comprometimento em oferecer soluções inovadoras para o agronegócio brasileiro.

Cordialmente,

Luiz Osório Dumoncel

CEO e Fundador

VISÃO GERAL

A Companhia, o ecossistema agrícola mais completo do Brasil, é uma empresa familiar, com 30 anos de operação, que oferece de forma verticalizada e integrada soluções para o agricultor, com amplas ofertas de produtos no varejo de insumos agrícolas, grãos e indústria. Tal modelo de negócio cria um relacionamento de longo prazo com os agricultores. A Companhia conta atualmente com aproximadamente 24 mil clientes ativos. Além de fornecer insumos e adquirir a produção, a Companhia também oferece treinamentos, consultorias e serviços técnicos aos produtores, agregando valor através de uma venda técnica, levando os produtores a obter melhores produtividades e resultados em suas lavouras.

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2024, a Receita Operacional Líquida (ROL) consolidada atingiu R\$ 12.825,8 milhões, crescimento de 42,5% em relação a 2023. Todos os segmentos da Companhia apresentaram crescimento, com destaque para Grãos e Indústria.

Varejo de insumos agrícolas ("Insumos"): mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, dentre outras. Em 2024, inauguramos 3 lojas no Rio Grande do Sul nas cidades de Espumoso, Santo Antônio das Missões e Arroio Grande, e inauguramos 4 lojas no Mato Grosso nas cidades de Nova Mutum, Confresa, São Félix do Araguaia e Querência. Contamos atualmente com 70 lojas e com o auxílio de mais de 196 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia), agregando valor aos insumos vendidos com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, além de 2 centros de pesquisa tecnológicos em Santa Bárbara do Sul/RS e Vera/MT. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 2.819,6 milhões, e apresentou crescimento de 10,9% em relação a 2023. O desempenho no segmento foi puxado pelo crescimento de volume, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Mato Grosso, mesmo com preços de insumos menores em 2024 comparado com o ano anterior.

Originação e trading de grãos ("Grãos"): realizamos a compra e venda de grãos de produtores rurais, possuindo uma capacidade estática de armazenagem de aproximadamente 1,7 milhão de toneladas para soja, milho e trigo. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 3.257,4 milhões e apresentou crescimento de 84,4% em relação a 2023. O desempenho no segmento foi impactado pelo maior volume de trading de grãos em todas as culturas (Soja, Milho e Trigo), com destaque para a soja, que teve um incremento de volume de 198%. Este forte desempenho está relacionado a melhor safra 23/24 de soja no Rio Grande do Sul em comparação com a safra 22/23, além do ganho de share na originação de grãos no Mato Grosso.

Industrialização de grãos ("Indústria"): por meio de nossas três indústrias localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e Vera, no Estado do Mato Grosso realizamos a industrialização da soja para produção de farelo de soja, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Nossas indústrias possuem capacidade de esmagamento de soja de 7,0 mil toneladas por dia e de produção de biodiesel de 1,85 mil m³ por dia. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 6.748,8 milhões, e apresentou crescimento de 43,9% em relação a

2023. O maior volume de farelo e biodiesel produzido, principalmente relacionado a indústria de Vera/MT, inaugurada na metade de 2023, contribuiu para o crescimento da receita líquida.

CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS PRODUTOS VENDIDOS

O Custo das Mercadorias Vendidas e dos Produtos Vendidos apresentou crescimento de 32,8%, atingindo R\$ 10.294,3 milhões, com margem bruta de 19,7%. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de insumos totalizou R\$ 2.311,3 milhões, correspondente a um aumento de 10,2% comparado a 2023. Tal aumento se deu principalmente pelo incremento no volume vendido.

Grãos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de grãos totalizou R\$ 2.914,0 milhões, correspondente a um crescimento de 81,2% comparado a 2023. Tal aumento se deu principalmente pelo maior volume de grãos vendido.

Indústria: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de indústria totalizou R\$ 5.436,1 milhões, correspondente a um aumento de 33,8% comparado a 2023. Tal aumento se deu principalmente pela maior produção de farelo de soja, óleo degomado de soja e biodiesel.

O ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou R\$ 367,1 milhões.

LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto Ajustado totalizou R\$ 2.164,4 milhões, crescimento de 76,0% em relação a 2023. A margem bruta ajustada foi de 16,9%, ampliação de 3,2 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 508,3 milhões, correspondente a um aumento de 13,7% em relação a 2023. A margem bruta do segmento de insumos foi de 18,0%, elevação de 0,4 p.p. comparado a 2023. Este resultado está relacionado (i) ao aumento de volume vendido de fertilizantes e defensivos, e (ii) recuperação na margem dos produtos, principalmente em defensivos.

Grãos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 343,4 milhões, correspondente a um aumento de 117,5% em relação a 2023. A margem bruta do segmento de grãos foi de 10,5%, expansão de 1,6 p.p. comparado a 2023. O crescimento do lucro bruto foi impactado pelo incremento do volume de grãos em todas as culturas (soja, milho e trigo). Vale destacar que, a melhor origemação de grãos em 2024 resultou em um ganho de margem, somado ao aumento da participação do Mato Grosso no trading de grãos, que pela dinâmica dos negócios, possui margem bruta superior comparado ao Rio Grande do Sul.

Indústria: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 1.312,7 milhões, correspondente a um aumento de 109,9% em relação a 2023. A margem bruta do segmento da indústria foi de 19,5%, aumento de 6,2 p.p. comparado a 2023. Com volumes maiores de farelo de soja e biodiesel em 2024, aliado a melhor origemação de soja, houve crescimento do lucro e margem bruta no segmento.

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pelo aumento na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior, e encerrou o ano de 2024 com um lucro bruto de R\$ 2.531,5 milhões, apresentando crescimento de 103,2% em relação a 2023. A margem bruta foi de 19,7%, aumento de 5,9 p.p. em relação a 2023.

DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 1.286,2 milhões, com aumento de 59,9% em relação a 2023, influenciadas principalmente pelo maior volume de grãos e farelo comercializados, o que geraram maior despesa com logística no escoamento dos produtos das lojas e indústrias até os portos. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 10,0% (8,9% em 2023), aumento de 1,1 p.p. comparado a 2023.

EBITDA

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 973,6 milhões, crescimento de 101,4% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA Ajustada foi de 7,6% em 2024, aumento de 2,2 p.p. comparado a 2023. Tal resultado, está relacionado ao maior volume comercializado em todos os segmentos, além da recuperação da margem bruta do segmento da Indústria.

O EBITDA totalizou R\$ 1.340,7 milhões, um crescimento de 168,5% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 10,5% em 2024, expansão de 5,0 p.p. comparado a 2023.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado a partir do nosso lucro líquido:

<i>(R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	756.365	573.802	571.174
(+) Resultado financeiro líquido	244.272	12.970	(2.670)
(+) Imposto de renda e contribuição social	244.661	(145.082)	(30.853)
(+) Depreciação e amortização	95.363	57.597	37.746
EBITDA	1.340.661	499.287	575.397
Margem EBITDA	10,5%	5,5%	8,4%
(+) Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities	367.063	15.872	(47.700)
EBITDA Ajustado	973.598	483.415	623.097
Margem EBITDA Ajustado	7,6%	5,4%	9,0%
Receita líquida	12.825.771	8.998.985	6.885.839

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O nosso resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 244,3 milhões (negativo em R\$ 13,0 milhões em 2023). Este resultado foi impactado principalmente pelo efeito da marcação a mercado "MTM" dos instrumentos derivativos, montante negativo em R\$242,0 milhões em 2024.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro líquido ajustado totalizou R\$ 673,8 milhões, um crescimento de 30,6% em relação ao ano anterior. A margem líquida ajustada foi de 5,3% (5,7% em 2023). Tal resultado é decorrente do desempenho dos nossos três segmentos comentados nas seções anteriores.

O lucro líquido totalizou R\$ 756,4 milhões, representando um aumento de 31,8% em relação ao ano anterior quando atingiu R\$ 573,8 milhões. A margem líquida atingiu 5,9% (6,4% em 2023).

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2024 com dívida líquida de R\$ 224,7 milhões (caixa líquido de R\$ 42,9 milhões em 2023). Esta variação está relacionada principalmente aos investimentos (i) da nova indústria de etanol; (ii) na modernização das indústrias de processamento de soja; e (iii) na abertura de novas lojas.

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida (caixa líquido) nas datas abaixo indicadas:

<i>(R\$ milhares)</i>	Exercício social encerrado em		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	2.174.354	1.392.846	962.203
(+) Caixa e equivalentes de caixa	1.696.858	1.028.483	724.314
(+) Aplicações financeiras	75.404	197.451	154.841
(+) Instrumentos financeiros derivativos	402.092	166.912	83.048
Passivo	(2.399.009)	(1.349.957)	(1.135.809)
(-) Empréstimos e financiamentos	(2.066.879)	(1.272.512)	(1.096.070)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(332.130)	(77.445)	(39.739)
(=) Caixa (Dívida Líquida)	(224.655)	42.889	(173.606)

DIVIDENDOS

A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária a destinação de R\$94.946.297,29 para pagamento de dividendos, como remuneração aos acionistas sobre os resultados relativos ao exercício social de 2024.

O pagamento dos dividendos, correspondente a R\$0,190632077 por ação, ocorrerá em 14 de março de 2025.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

- (i) Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente ao exercício social findo em 31 dezembro de 2024 e revisão das informações financeiras intermediárias da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, elaboradas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; e
- (ii) Serviços de não auditoria relacionados a consultoria tributária.

A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços e não terem participado de função de gerência da Companhia.

Com relação a outros serviços prestados pelos auditores independentes, a Companhia tem por procedimento a obtenção de aprovação prévia pelo Comitê de auditoria da Companhia, de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Serviços de Auditoria e Consultoria (valores em R\$)	2024
Auditoria das Demonstrações Financeiras	670.016,31
Prestação de Serviços (Consultoria financeira)	98.501,46
Prestação de Serviços (Consultoria tributária)	109.734,54
Total	878.252,31

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Santa Bárbara do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Três Tentos Agroindustrial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados a *commodities*

Veja as Notas 3 (b), 5, 7, 8 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas, tais como: estoques, cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo, que são atreladas a <i>commodities</i> e estão mensuradas pelo seu valor justo.</p> <p>A determinação do valor justo considera a política contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento da sua Administração.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com <i>commodities</i>; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados a <i>commodities</i> que são mensurados a valor justo; - Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com <i>commodities</i> foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis; - Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das <i>commodities</i> utilizadas na mensuração do valor justo de tais instrumentos; - Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de <i>commodities</i> a fixar, com o objetivo de avaliar a quantidade a fixar das <i>commodities</i> utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas

	<p>relacionadas ao preço das <i>commodities</i>, com base em informações de mercado, utilizado para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo;</p> <p>- Obtenção de cartas de confirmação de instituições financeiras que são contrapartes em operações de contratos a termo, com o objetivo de corroborar a existência das operações e seus termos contratuais; e</p> <p>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos atrelados a <i>commodities</i>, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>
--	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM 80

A Diretoria da Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade por ações com sede na Av. Principal, Distrito Industrial, nº 187, CEP 98.240- 000, na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande Do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

24 de fevereiro de 2025.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Presidente

Cristiano Machado Costa
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 80

A Diretoria da Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade por ações com sede na Av. Principal, Distrito Industrial, nº 187, CEP 98.240- 000, na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande Do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

24 de fevereiro de 2025.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Presidente

Cristiano Machado Costa
Diretor Financeiro

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483
Aplicações financeiras	4.2	67.337	179.482	75.404	197.451
Contas a receber clientes	5	1.586.065	1.388.495	1.396.538	1.238.679
Impostos a recuperar	6	209.116	206.992	209.340	207.054
Adiantamentos		3.743	1.550	3.934	1.649
Estoques	7	1.920.988	1.516.014	1.920.988	1.516.014
Instrumentos financeiros derivativos	8	402.092	166.912	402.092	166.912
Despesas antecipadas		7.963	8.635	8.829	9.525
Contas a receber de partes relacionadas	22	9.909	13.262	9.909	13.467
Outros ativos		51.062	41.697	52.498	42.774
Total ativo circulante		5.442.527	4.282.677	5.776.390	4.422.008
Não circulante					
Contas a receber clientes	5	5.574	7.212	5.574	7.212
Impostos a recuperar	6	217.305	193.794	217.305	193.794
Depósitos judiciais	21	168	116	168	116
Impostos diferidos	20	167.038	271.890	167.859	273.664
Outros ativos		1.035	2.041	1.035	2.041
Total do realizável a longo prazo		391.120	475.053	391.941	476.827
Investimentos	9	134.522	46.627	5.179	-
Direito de uso em arrendamentos	10	16.351	10.674	21.949	18.106
Imobilizado	11	2.620.688	1.929.185	2.638.711	1.947.515
Intangível		54.082	18.550	55.253	19.333
Total ativo não circulante		3.216.763	2.480.089	3.113.033	2.461.781
Total do ativo		8.659.290	6.762.766	8.889.423	6.883.789

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	2.045.678	2.032.321	2.073.245	2.032.130
Instrumentos financeiros derivativos	8	330.591	77.445	330.591	77.445
Empréstimos e financiamentos	13	758.016	481.788	921.068	562.129
Adiantamentos de clientes		23.676	22.411	23.716	22.451
Passivo de arrendamento	10	5.344	3.845	7.416	5.802
Obrigações fiscais		101.927	11.470	104.679	12.613
Obrigações trabalhistas		78.900	47.825	80.669	48.610
Parcelamentos tributários	19	1.092	1.487	1.092	1.487
Dividendo a pagar	23	26.184	-	26.184	-
Outros passivos		93.981	16.811	97.684	22.079
Total passivo circulante		3.465.389	2.695.403	3.666.344	2.784.746
Não circulante					
Fornecedores		26	137	26	137
Empréstimos e financiamentos	13	1.134.005	697.382	1.145.811	710.383
Instrumentos financeiros	8	1.539	-	1.539	-
Passivo de arrendamento	10	12.388	7.781	15.843	13.191
Parcelamentos tributários	19	1.565	2.776	1.565	2.776
Provisões para litígios	21	6.664	11.550	6.664	11.550
Outras obrigações		-	-	5.913	9.115
Total passivo não circulante		1.156.187	719.626	1.177.361	747.152
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		1.518.662	1.518.662	1.518.662	1.518.662
Reserva de capital		40.594	34.266	40.594	34.266
Reservas de lucros		2.402.702	1.738.078	2.402.702	1.738.078
Dividendos adicionais propostos		68.875	58.524	68.875	58.524
Ajustes de avaliação patrimonial		1.058	2.005	1.058	2.005
Transações de capital com sócios		(2.969)	(2.041)	(2.969)	(2.041)
Ajuste acumulado de conversão		9.958	(283)	9.958	(283)
Ações em tesouraria		(1.166)	(1.474)	(1.166)	(1.474)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.037.714	3.347.737	4.037.714	3.347.737
Participação de não controladores		-	-	8.004	4.154
Total do patrimônio líquido		4.037.714	3.347.737	4.045.718	3.351.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.659.290	6.762.766	8.889.423	6.883.789

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	12.380.446	8.957.496	12.825.771	8.998.985
Custo das mercadorias e produtos vendidos	17	(9.981.240)	(7.751.833)	(10.294.268)	(7.752.979)
Lucro bruto		2.399.206	1.205.663	2.531.503	1.246.006
Despesas (receitas) operacionais líquidas		(1.164.506)	(773.709)	(1.286.205)	(804.316)
Despesas de vendas	17	(1.140.533)	(756.634)	(1.183.262)	(764.746)
Despesas administrativas	17	(84.545)	(64.038)	(106.824)	(71.818)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	17	(21.419)	(5.305)	(23.433)	(8.939)
Resultado da equivalência patrimonial	9	54.379	10.884	71	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	17	27.612	41.384	27.243	41.187
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.234.700	431.954	1.245.298	441.690
Resultado financeiro, líquido		(237.061)	(1.026)	(244.272)	(12.970)
Receitas financeiras	18	755.945	393.350	762.260	382.546
Despesas financeiras	18	(993.006)	(394.376)	(1.006.532)	(395.516)
Resultado antes dos impostos e contribuições		997.639	430.928	1.001.026	428.720
Imposto de renda e contribuição social		(239.016)	144.359	(244.661)	145.082
Corrente	20	(134.164)	(4.337)	(138.855)	(5.388)
Diferido	20	(104.852)	148.696	(105.806)	150.470
Lucro atribuído a:					
Acionistas controladores		758.623	575.287	758.623	575.287
Acionistas não controladores		-	-	(2.258)	(1.485)
Lucro líquido do período		758.623	575.287	756.365	573.802
Lucro líquido por ação (em R\$)	24				
Básico		1,52243	1,15514	1,51790	1,15216
Diluído		1,51415	1,14631	1,50964	1,14335

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	758.623	575.287	756.365	573.802
Outros resultados abrangentes (ORA)	-	-	-	-
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior – ajuste acumulado de conversão	9.958	(283)	9.958	(283)
Total dos resultados abrangentes do exercício	768.581	575.004	766.323	573.519
Acionistas controladores	-	-	768.581	575.004
Acionistas não controladores	-	-	(2.258)	(1.485)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reserva de capital	Transação de Capital com sócios	Reserva legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	(-) Ações em tesouraria					
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.515.504	25.086	-	12.456	26.216	1.181.696	53.066	-	2.952	-	2.816.976	1.579	2.818.555
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de Capital, através do exercício das <i>Stock Options</i>	3.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.158	-	3.158
Aumento de capital em Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.060	4.060
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(1.474)	-	-	(1.474)	-	(1.474)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	575.287	575.287	(1.485)	573.802
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	576.234	-	-	-	(576.234)	-	-	-
Dividendo obrigatório proposto	-	-	-	-	-	-	(53.066)	-	-	-	(53.066)	-	(53.066)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(58.524)	58.524	-	-	-	-	-	-
Despesa outorgas plano de ações	-	9.180	-	-	-	-	-	-	-	-	9.180	-	9.180
Aquisição de controlada	-	-	(2.041)	-	-	-	-	-	-	-	(2.041)	-	(2.041)
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(283)	-	(283)	-	(283)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.518.662	34.266	(2.041)	12.456	26.216	1.699.406	58.524	(1.474)	1.722	-	3.347.737	4.154	3.351.891

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Transação de Capital com sócios	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
				Reserva legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	(-) Ações em tesouraria					
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.518.662	34.266	(2.041)	12.456	26.216	1.699.406	58.524	(1.474)	1.722	-	3.347.737	4.154	3.351.891
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.108	6.108
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	308	-	-	308	-	308
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758.623	758.623	(2.258)	756.365
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	210.704	-	-	-	(210.704)	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	27.443	-	-	-	-	-	(27.443)	-	-	-
Pagamento de dividendo adicional	-	-	-	-	-	-	(58.524)	-	-	-	(58.524)	-	(58.524)
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.071)	(26.071)	-	(26.071)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	68.875	-	-	(68.875)	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	426.477	-	-	-	-	(426.477)	-	-	-
Despesa outorga plano de ações	-	6.328	-	-	-	-	-	-	-	-	6.328	-	6.328
Alteração de participação em controlada	-	-	(928)	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	10.241	-	10.241	-	10.241
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.518.662	40.594	(2.969)	39.899	452.693	1.910.110	68.875	(1.166)	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do período antes dos impostos		997.639	430.928	1.001.026	428.720
Reconciliação do lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	90.154	51.191	90.788	51.268
Depreciação de ativo direito de uso em arrendamento	10	3.427	5.414	4.575	6.329
Ajuste a valor justo de <i>commodities</i>	8	(367.063)	(15.872)	(367.063)	(15.872)
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro derivativo	18	209.683	(69.364)	209.683	(69.364)
Rendimento de aplicação financeira	18	(94.511)	(72.604)	(94.511)	(72.604)
Juros, atualização monetária e variação cambial sobre empréstimos	18	251.251	125.315	262.289	130.092
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	5	21.419	5.305	21.346	8.631
Provisão para litígios	21	(4.886)	5.214	(4.886)	5.214
Despesa com outorga de opções de ações	26	6.328	9.180	6.328	9.180
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	10	1.367	1.401	1.264	1.675
Custo residual do ativo imobilizado baixado	11	1.228	565	1.228	565
Crédito tributário registrado		-	(4.076)	-	(4.076)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(54.379)	(10.884)	71	-
(Aumento) Redução em ativos:					
Contas a receber de clientes	5	(119.073)	(407.133)	(79.288)	(189.966)
Estoques	7	(197.917)	500.601	(197.917)	500.601
Impostos a recuperar	6	(25.635)	(88.607)	(25.797)	(88.668)
Adiantamentos		(2.193)	7.920	(2.285)	7.821
Despesas antecipadas		672	(2.687)	696	(3.570)
Contas a receber partes relacionadas	22	3.353	3.228	3.558	3.023
Depósitos judiciais	21	(52)	5	(52)	5
Outros ativos		2.892	16.606	2.535	16.058
Aumento (Redução) em passivos					
Fornecedores	12	(192.464)	153.557	(164.707)	152.211
Impostos a recolher	20	69.443	(6.475)	66.361	(7.094)
Salários, provisões e encargos sociais		31.075	8.233	32.059	8.671
Parcelamentos tributários	19	(1.605)	(1.239)	(1.606)	(1.239)
Adiantamento de clientes		1.265	5.956	1.265	5.996
Outros passivos		77.171	(14.127)	72.402	(15.842)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	(113.150)	(4.260)	(113.150)	(4.260)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		595.439	633.291	726.212	863.505
Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Aplicações financeiras	4	(65.753)	(195.351)	(55.851)	(196.367)
Resgates de aplicações financeiras	4	272.409	243.314	272.409	243.314
Aquisição de imobilizado	11	(696.731)	(474.630)	(696.965)	(474.938)
Aquisição de intangível		(36.230)	(18.361)	(36.711)	(18.784)
Investimento em Controladas	9	(33.516)	(36.905)	(5.250)	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		-	-	-	(13.024)
Alteração de participação em Controlada		(928)	-	(928)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(560.749)	(481.933)	(523.296)	(459.799)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria	23	308	(1.474)	308	(1.474)
Empréstimos e financiamentos captados	13	1.233.005	987.577	1.439.766	1.042.342
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(618.097)	(905.424)	(754.380)	(946.896)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(162.516)	(135.891)	(162.516)	(135.891)
Pagamento de dividendos	23	(58.411)	(57.238)	(58.411)	(57.238)
Pagamento de arrendamentos	10	(4.365)	(6.343)	(5.416)	(7.597)
Integralização de capital	23	-	3.158	6.108	7.217
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		389.924	(115.635)	465.459	(99.537)
Variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período		759.638	723.915	1.028.483	724.314
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período		1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483
Variação de caixa e equivalentes de caixa		424.614	35.723	668.375	304.169
Item que não afeta caixa					
Juros sobre empréstimos capitalizados no ativo imobilizado		9.208	11.523	9.208	11.523

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita bruta de contrato com cliente	12.552.854	9.098.518	12.980.911	9.140.007
(-) Deduções de vendas	(172.408)	(141.022)	(155.140)	(141.022)
	12.380.446	8.957.496	12.825.771	8.998.985
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(9.981.240)	(7.751.833)	(10.294.268)	(7.752.979)
Serviços de terceiros	(737.128)	(367.928)	(770.903)	(367.928)
Outras despesas operacionais	(44.846)	193.467	(33.901)	182.582
	(10.763.214)	(7.926.294)	(11.099.072)	(7.938.325)
Valor adicionado bruto	1.617.232	1.031.202	1.726.699	1.060.660
Retenções				
Depreciações e amortizações	(93.581)	(56.605)	(95.363)	(57.597)
Valor líquido produzido pela entidade	1.523.651	974.597	1.631.336	1.003.063
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	755.945	393.350	762.260	382.546
	755.945	393.350	762.260	382.546
Valor adicionado total a distribuir	2.279.596	1.367.947	2.393.596	1.385.609
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	328.554	248.175	328.554	248.175
Remuneração direta	209.567	163.399	209.567	163.399
Benefícios	106.022	73.910	106.022	73.910
FGTS	12.965	10.866	12.965	10.866
Impostos, taxas e contribuições	199.886	71.028	205.531	70.304
Federais	66.412	(1.298)	72.057	(2.021)
Estaduais	132.605	71.652	132.605	71.651
Municipais	869	674	869	674
Remuneração do capital de terceiros	753.447	333.297	766.974	334.437
Juros	214.001	169.136	227.528	170.276
Variação cambial	531.874	160.536	531.874	160.536
Aluguéis e arrendamentos	7.572	3.625	7.572	3.625
Remuneração de capitais próprios e outras	239.086	140.160	336.172	158.891
Hedge Financeiro	223.645	62.576	223.645	62.576
Outras	15.441	77.584	112.527	96.315
Dividendos	58.411	53.066	58.411	53.066
Lucro retido do período	700.212	522.221	697.954	520.736
	2.279.596	1.367.947	2.393.596	1.385.609

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou "Controladora", e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, sendo seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob CNPJ nº 43.202.481.056.

A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel, bem como a prestação de serviços referentes à análise e correção de solo.

Registro de oferta pública de ações

Em 12 de julho de 2021, a Companhia concluiu seu processo de IPO com o início da negociação das ações na B3 – Novo Mercado, com a liquidação financeira da transação tendo ocorrido em 13 de julho de 2021.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações nos termos da Instrução CVM nº 400. A oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo.

A aprovação do preço por ação e do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2022, sendo a liquidação da oferta realizada em 03 de fevereiro de 2022. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Pública, o novo capital social passa a ser de R\$ 1.557.741 (sem efeito de custos de transação), dividido em 494.617.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Exercício de opções de compra de ações ordinárias

Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 1,93.

Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 2.

1. Contexto operacional--Continuação

Exercício de opções de compra de ações ordinárias—Continuação

Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro e do Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 2,04 e R\$ 6,87, respectivamente.

Programa de Recompra

Em 12 de abril de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia (“Programa de Recompra”). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. O programa previa a aquisição de até 2.000.000 (dois milhões de ações), iniciando-se em 13 de abril de 2023 até o dia 13 de outubro de 2024, tendo um prazo de até 18 meses para a recompra. Todas as ações foram adquiridas até a data do dia 13 de maio de 2024, a um preço médio de R\$10,60.

Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia (“Programa de Recompra”). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. O programa prevê a aquisição de até 2.000.000 (dois milhões de ações), iniciando-se em 17 de dezembro de 2024 até o dia 17 de junho de 2025, tendo um prazo de até 18 meses para a recompra. Até 31 de dezembro de 2024 não foram adquiridas ações referentes ao programa aprovado.

1.1. Relação de entidades controladas coligadas e controladas em conjunto

Durante os exercícios de 2022 e 2024, foram constituídas empresas controladas e coligadas. Também ocorreram a aquisições de controladas e ativos, as quais estão descritas na nota explicativa 1.2. Essas empresas foram criadas e adquiridas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	País	Participação acionária						
		31/12/2024			31/12/2023			
		Direta	Indireta	Joint Venture	Direta	Indireta	Joint Venture	
3T <i>International</i> S.A.	Uruguai	100%	-	-	100%	-	-	
Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	50%	-	-	-	-	
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	26,30%	-	-	18%	-	
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	-	80%	-	-	80%	-	
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	100%	-	-	100%	-	-	
Tentos Participações Ltda.	Brasil	100%	-	-	100%	-	-	
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	-	100%	-	-	100%	-	
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	-	100%	-	-	100%	-	
Via Maris Navegação e Portos S.A.	Brasil	-	-	50%	-	-	-	

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Relação de entidades controladas coligadas e controladas em conjunto--Continuação

Principais características das controladas e coligadas:

- **3T Internacional S.A.:** Localizada em Montevideo, no Uruguai, é caracterizada como uma trading, atuando primariamente em operações de trading de *commodities* agrícolas. A controlada foi constituída em 2023, no segundo semestre, e passou a concentrar as operações de exportação de *commodities* do Grupo.
- **Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.:** Localizada em Sorriso, no Mato Grosso, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens áreas à Companhia. Essa empresa foi constituída entre Mates Locações Aéreas Ltda., empresa controlada do grupo, e Construtao Engenharia Ltda. A empresa é controlada e administrada pela Construtao Engenharia Ltda.
- **Mates Locações Aéreas Ltda.:** Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens áreas à Companhia e partes relacionadas.
- **Tentos Corretora de Seguros Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a corretagem de seguros, planos de previdência complementar e saúde.
- **Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a participação em instituições financeiras. Atualmente, é a controladora direta da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento adquirida em 2023, conforme nota explicativa 1.2.
- **Tentos Participações Ltda.:** Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, é caracterizada como uma holding, tem como principal objeto social a participação em instituições não-financeiras. Possui como controladas diretas as empresas Tentos Promotora de Vendas Ltda., Mates Locações Aéreas Ltda. e Tentos Corretora de Seguros Ltda.
- **Tentos Promotora de Vendas Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como principal objeto social a promoção de vendas.
- **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.:** Também conhecida como "TentosCap", está localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Considerada uma instituição financeira e regulada pelo Banco Central do Brasil, tem como principal objeto social transações de operação de crédito, primariamente aos produtores rurais que são clientes e fornecedores do Grupo, com serviços como cartão de crédito, financiamentos e outros.
- **Via Maris Navegação e Portos S.A.:** Localizada na cidade de Itaituba no estado do Pará, distrito de Miritituba, a estrutura oferecerá soluções de logística e armazenagem no Arco Norte do país. A empresa vai possuir área com estruturas para armazenagem de grãos e farelos, além de transbordo para carregamento de barcaças fluviais.

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aquisição e constituição de controladas

(i) Aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”)

O valor total foi calculado com base nos valores históricos aportados pelos vendedores na TentosCap, corrigidos pela variação da inflação medida pelo IPCA. O montante corrigido totalizou R\$18.687 e foi totalmente pago em 11 de julho de 2023.

A referida aquisição trata-se de transação com partes relacionadas, sendo caracterizada como uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum, considerando o método de custo (valores contábeis). Tendo em vista que o valor pago foi superior ao valor do acervo líquido contábil, tal efeito foi registrado em contrapartida ao patrimônio líquido da Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., em conta de transações de capital, no montante de R\$ 2.041.

Com a aquisição da TentosCap, a Companhia passou a ter um segmento de serviços financeiros, o qual representa as operações da instituição financeira.

(ii) Constituição de subsidiária no Uruguai – 3T International S.A.

Em 17 de julho de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a constituição de uma subsidiária da Companhia para atividades de importação e exportação de *commodities* com sede no Uruguai. Desta forma, com a constituição da controlada 3T *International S.A.*, as operações de importação e exportação de *commodities* do Grupo passaram a ser centralizadas na respectiva controlada.

(iii) Aquisição de Ativos – FWA 158 Geração de Bioenergia S.A.

Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia obteve a aprovação do CADE para aquisição dos ativos da empresa FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. (“FWA 158”), por meio da aquisição de ações representativas de 100% do capital social total e votante da FWA 158.

Em 13 de março de 2024, foi efetivada e concluída, a aquisição pela Companhia da totalidade das ações. O Preço de Aquisição foi firmado em R\$ 43.000, valor que corresponde ao valor dos ativos adquiridos na data de 29 de fevereiro de 2024.

A FWA 158 era titular de alguns ativos imobiliários e licenças operacionais. A operação faz parte do projeto do Novo Ciclo de Crescimento da Companhia, com objetivo de implementar a indústria de processamento de milho.

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aquisição e constituição de controladas--Continuação

(iii) Aquisição de Ativos – FWA 158 Geração de Bioenergia S.A.--Continuação

A aquisição foi efetuada por meio da compra da entidade **FWA 158 Geração de Bioenergia S.A.** e caracterizada como uma aquisição de ativos, principalmente terrenos e licenças de operação para uma planta de etanol a ser construída, tendo seus valores distribuídos conforme segue:

	Valor dos Ativos Adquiridos
Ativo	39.734
Circulante	79
Disponibilidades	10
Outros Créditos	69
Ativo não circulante	39.655
Imobilizado	39.655
Terrenos	38.670
Imóveis em andamento	985
Passivo	-
Licenças	3.266
Ativos e Passivos Líquidos	43.000

Em 30 de abril de 2024, a Controladora concluiu a incorporação da Controlada, conforme detalhado no item 1.4 a seguir.

1.3. Acordo de investimento em empresa controlada em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto. Os investimentos em empresas controladas em conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia, por meio de sua controlada Tentos Participações Ltda., celebrou acordo visando a constituição de uma *Joint Venture* com a Caramuru Alimentos S/A, com participação igualitária, que tem por objetivo desenvolver a estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte do país. Uma vez constituída, a sede da *Joint Venture* será na cidade de Itaituba no estado do Pará, distrito de Miritituba, em área com estruturas para armazenagem de grãos e farelos, além de transbordo para carregamento de barcas fluviais. Inicialmente, estão sendo planejados os investimentos que serão divididos igualmente entre as partes.

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Acordo de investimento em empresa controlada em conjunto--Continuação

Em 04 de janeiro de 2024, a Companhia obteve a aprovação do CADE. No dia 29 de abril de 2024 foi assinado o Contrato Social efetivando a criação da Via Maris Navegação e Portos S.A. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$34.000, dividido em 34.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo que 20.400 ações se encontram totalmente integralizadas, das quais 17.000 de ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Caramuru Alimentos S.A. através de um terreno, e 3.400 ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Tentos Participações Ltda., e 13.600 ações encontram-se totalmente subscritas pela acionista Tentos Participações Ltda, sendo integralizadas parcialmente.

Em 31 de dezembro de 2024, o balanço da Via Maris Navegação e Portos S.A. era composto por Capital Social, valores do investidos na obra e despesas. Esta operação, possui início previsto em 2026.

1.4. Incorporação de Controlada

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral FWA 158 Geração de Bioenergia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso, nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. pela Três Tentos Agroindustrial S.A.”. Em 30 de abril de 2024 foi realizada a incorporação da empresa FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. A FWA foi adquirida pela Controladora em 13 de março de 2024.

O valor do patrimônio líquido foi avaliado em 15 de março de 2024, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis e as variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da efetiva incorporação em 30 de abril de 2024 foram absorvidas pela Companhia. Desta forma, o acervo líquido contábil incorporado em 30 de abril de 2024 está apresentado como segue:

	30/04/2024
Caixa e equivalentes de caixa	10
Impostos a recuperar	14
Impostos diferidos	55
Imobilizado	38.670
Intangível	4.251
Acervo líquido incorporado	43.000

A operação foi efetuada para atender aos interesses dos sócios e acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades.

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Chuvas no estado do Rio Grande do Sul

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou um cenário delicado devido às intensas chuvas. Duas unidades comerciais, localizadas em Santa Maria e Cachoeira do Sul, registraram episódios de acúmulo de água, sem, contudo, comprometer as estruturas ou os estoques. As demais unidades comerciais mantiveram suas operações sem avarias ou prejuízos. Apesar da situação adversa, as indústrias de Ijuí e Cruz Alta continuaram operando normalmente. As regiões Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, responsáveis pela maior contribuição de grãos para a Companhia, não sofreram impactos relevantes com as inundações.

Diante desse cenário desafiador, a Companhia priorizou a segurança de todos os colaboradores e seus familiares, prestando ainda apoio e assistência imediata às comunidades afetadas. Com a colaboração de parceiros, a Companhia segue realizando ações para auxiliar as pessoas impactadas e apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul.

2. Apresentação e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*"Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"*), emitidas pelo *"Internacional Accounting Standards Board - IASB"*.

A Companhia e suas controladas adotaram todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia e suas controladas estão apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para permitir comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*"IFRS"*).

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa 3. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2. Apresentação e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Declaração de conformidade--Continuação

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, conforme previsto na orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (notas explicativas 08 e 14);
- Contas a receber de clientes provenientes de cédulas de crédito de produtor rural (CPR) (nota explicativa 05);
- Contas a pagar a fornecedores atreladas a variação do preço de *commodities*, denominados fornecedores a fixar (nota explicativa 12); e
- Estoques de *commodities* agrícolas (nota explicativa 07).

A Companhia e suas controladas aplicaram as práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.2. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as atividades relevantes da entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

(ii) Perda de controle

Quando perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresa	País	Moeda funcional
3T <i>International</i> S.A.	Uruguai	Dólar americano
Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Real
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Real
Via Maris Navegação e Portos S.A.	Brasil	Real

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e cuja finalidade é para atender compromissos de curto prazo na gestão de caixa da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços referentes a coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (ou "*impairment*"). As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia.

2.7. Estoques

As *commodities* agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas *commodities* se destinarem substancialmente a operações de "*trading*". A prática contábil da Companhia relacionada a mensuração do valor justo está descrita na nota explicativa 2.14.

Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação.

Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda.

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos destes estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.8. Arrendamentos

A administração da Companhia reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

A determinação da taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de aplicar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Seguindo o disposto no CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, itens de baixo valor e que são classificados como curto prazo.

Os contratos reconhecidos na data base têm por objeto o arrendamento de instalações e armazéns para que a Companhia distribua geográfica e estrategicamente suas unidades e armazéns de grãos.

A Companhia possui contratos de arrendamento com terceiros, e os espaços físicos arrendados estão todos situados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Os contratos têm duração média de 5 (cinco) anos e as renovações dependem da vontade das partes. No momento da contratação do arrendamento, a Companhia busca avaliar a expectativa de renovação dos contratos ao final da sua vigência. Para tal análise, a Companhia compara o novo contrato com contratos similares existentes ou avalia processos semelhantes de arrendamento ocorridos no passado. A Companhia tem por prática trabalhar com filiais próprias. Os casos arrendados geralmente são pontuais, nos quais a duração do contrato tende a ser o prazo estimado para concluir a construção de uma unidade própria. Dessa forma, a Companhia busca expressar em seus contratos o prazo com a expectativa real de permanecer com o espaço arrendado.

2.9. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada, bem como perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1) - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade Para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A contrapartida do custo atribuído, assim como dos impostos diferidos sobre ele, foi registrada na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quanto é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

	Vida útil em anos	Taxa de Depreciação média ponderada
Edificações e prédios	57	1,75%
Instalações	10	10%
Veículos	8	12,70%
Máquinas e equipamentos	14	6,97%
Móveis e utensílios	10	10,03%
Equipamentos de computação	5	19,76%
Aeronaves	5	20%
Outros	8	13,01%

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referentes à compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referentes à compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões da Companhia são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os demais ativos financeiros ou passivos financeiros são primeiramente reconhecidos ao valor justo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue:

- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado (“CA”);
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Classificação--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos de principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - a. substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - b. a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determinem se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo financeiro, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro que está vencido com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de probabilidade de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores de direito da Companhia.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

(iii) *Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de *commodity* a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de *commodities*.

Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

2.14. Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos, contas a receber de cédulas de crédito de produtor rural – CPR e fornecedores de *commodities* a fixar) e estoques de *commodities* ao valor justo em cada data de reporte.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.
-

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

2.15. Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita--Continuação

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Biocombustível	Até 31 de dezembro de 2021, todas as vendas de biodiesel eram efetuadas para a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. por meio de leilões bimestrais. A partir de 2022, com o fim dos leilões, as vendas são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, entre 30 e 60 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques.
Farelo de soja e outros produtos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas, reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda, pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos, gerando a necessidade de ajustes pela Administração.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Revenda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos)	No que tange às operações de vendas de insumos agrícolas, existem duas modalidades usuais, sendo elas (i) venda normal, com recebimento financeiro; e (ii) venda na modalidade "barter", no qual a contraprestação a ser recebida será por meio de <i>commodities</i> agrícolas com entrega física (sacas de soja, por exemplo). O preço da transação de venda de insumos é firmado de acordo com o percentual de margem conforme o segmento do produto e considerando as transações ocorridas no mercado. As vendas na modalidade "barter" são convertidas pelo valor justo da <i>comoditity</i> na data da transação. No caso de vendas com recebimento financeiro, as faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas entre 30 e 90 dias ou no prazo safra, dependendo da negociação. Já no caso de vendas na modalidade de "barter", usualmente o prazo para pagamento é atrelado ao ano safra, sendo que o vencimento é usualmente no período de colheita do grão que será entregue como forma de pagamento. Nesses casos, o instrumento que formaliza a operação é uma CPR (Cédula de Crédito de Produtor Rural). O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto se acordado de outra forma. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo esse momento usualmente o momento de entrega do produto ao cliente tanto nos casos de vendas normais como nos casos de operações de "barter". Nos casos de operações de "barter", que consistem essencialmente em vender ao produtor insumos agrícolas que ele irá utilizar no plantio de sua lavoura e receber o pagamento da referida venda de tais insumos por meio dos grãos que serão colhidos, o insumo agrícola vendido é usualmente entregue ao produtor em sua propriedade ou, em algumas negociações, os produtores retiram nas dependências da Companhia.
Revenda de grãos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de <i>trading</i> (revenda de soja, milho, trigo e outros), o cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias, podendo variar de acordo com a negociação.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
Serviço de agricultura digital	A Companhia presta serviço de coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade e posicionando tecnicamente as recomendações de fertilizantes. As faturas são emitidas no momento da prestação do serviço. Elas devem ser pagas, normalmente, em até 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A obrigação de performance é cumprida em momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a prestação do serviço ao cliente. O serviço é geralmente prestado de maneira pontual, sendo a emissão da Nota Fiscal e reconhecimento da Receita concomitantes à conclusão dele.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.17. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.17. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Algumas das entidades controladas pela Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo assim o imposto de renda e a contribuição social foram apurados aplicando-se sobre a receita bruta auferida os percentuais fixados na legislação aplicável, de acordo com a atividade das controladas, sendo este resultado acrescido de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e sobre prejuízo fiscal, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e prejuízo fiscal possa ser utilizado.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.17. Tributos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.18. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.19. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Conforme política contábil definida pela Companhia, os juros pagos relacionados aos empréstimos e financiamentos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo tal apresentação efetuada de forma consistente e comparativa aos exercícios anteriores.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desse montante, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

2.21. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício está apresentado líquido das despesas as quais são relacionadas. No caso dos créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como das isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, o efeito está apresentado como redução dos impostos sobre venda e, portanto, dentro da rubrica de receita operacional líquida. Já no que tange aos incentivos de diferimento de ICMS, os quais são relacionadas as compras de determinados produtos, o efeito do incentivo fiscal está apresentado como uma redutora do custo dos produtos vendidos.

As premissas e métodos de cálculos das subvenções governamentais estão descritas na nota explicativa 25.

2.22. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.22. Classificação circulante versus não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.23. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.24. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia. Desta forma, os segmentos reportáveis da Companhia são três, sendo eles: (i) Segmento de Insumos; (ii) Segmento de Grãos e; (iii) Segmento de Indústria. Na nota explicativa 27, estão detalhados os tipos de receitas que compõem os segmentos da Companhia.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.25. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.26. Normas e interpretações emitidas, efetivas e não efetivas no exercício

A Companhia e suas controladas avaliaram a seguinte alteração na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alterações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de Seguro.

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC/IASB, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2024 pela Companhia e suas controladas, não havendo efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a sua aplicação:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7;
- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).

Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia e suas controladas.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.26. Normas e interpretações emitidas, efetivas e não efetivas no exercício--Continuação

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas em exercícios futuros. O Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Administração também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Provisão para perdas com contas a receber de clientes (nota explicativa 5)*

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia tem como política analisar e provisionar os títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como provisionar perda para todos os títulos em aberto desse devedor. São utilizados aspectos julgamentais para manter ou não o provisionamento de casos em que ocorre a renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do cliente. Dentre os julgamentos efetuados, são considerados os motivos que levaram o cliente ao não pagamento (razões climáticas que levaram à quebra de safra, por exemplo), o relacionamento histórico com o cliente, a intenção de pagar e evidências disponíveis de que o recebimento irá ocorrer.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- *Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos (Notas explicativas 5, 7, 8, 12 e 14, respectivamente):*

A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

A Administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural (CPR) e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

- *Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento (nota explicativa 10).*

Para mensuração do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor inicial do passivo de arrendamento trazido a valor presente pelas taxas de desconto que variam conforme os vencimentos dos contratos. As taxas de desconto são calculadas considerando a “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. Nesse sentido, ocorrem julgamentos relevantes envolvendo a data das curvas de juros utilizadas para o cálculo e a determinação do risco de crédito da Companhia.

- *Pagamentos baseados em ações (nota explicativa 26)*

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 26.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- *Tributos sobre o lucro (nota explicativa 20)*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia revisou a sua estratégia de uso da Subvenção após ajustes na legislação vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024 e possui todo amparo dos assessores jurídicos. Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia entende que as chances de êxito são prováveis, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/ IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Existem premissas relevantes na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação**

As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos. Por fim, comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia.

- *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros (notas explicativas 08 e 14)*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	219.141	178.108	726.934	446.953
Aplicações de liquidez imediata	965.111	581.530	969.924	581.530
Renda fixa (*)	546.078	522.948	550.891	522.948
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	419.033	58.582	419.033	58.582
Total	1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483

(*) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 96,74% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (94,07% em 31 de dezembro de 2023).

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	-	138.950	-	138.950
Fundo de investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (Nota 4.4)	65.953	-	65.953	-
Demais Aplicações	1.384	40.532	9.451	58.501
Total	67.337	179.482	75.404	197.451

4.3 Fundo de investimento exclusivo

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	419.033	58.582
CDB	233.865	53.514
Compromissada IPCA	16.861	5.068
FIC (Fundo de investimento em cotas)	148.793	-
Day Classic FIRP	19.514	-
IFF	-	-
Aplicações financeiras	-	138.950
CDB	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	12
Letras Financeiras	-	138.938
Total	419.033	197.532

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

4.3 Fundo de investimento exclusivo--Continuação

O fundo de investimento exclusivo Hat Trick RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de quotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0.

Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, cada um dos ativos do fundo foi registrado de acordo com suas características, observando sua liquidez e prazo de vencimento, o que se traduz em disponibilidade para resgate. Na época, a criação do fundo teve como objetivo segregar os recursos captados pelo IPO e manter o poder de compra para realização dos investimentos previstos no plano de investimentos da Companhia. Atualmente a Companhia utiliza o Fundo para aplicação dos recursos oriundos da sua atividade operacional.

O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos investimentos do fundo corresponde a 104,05% do CDI mensal (105,60% em 31 de dezembro de 2023).

4.4 Fundo de investimento em Direitos Creditórios

Aplicações financeiras	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	65.953	-
Total	65.953	-

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou a operação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os direitos creditórios cedidos são títulos ou créditos que representam direitos de obtenção futura, originados de transações comerciais da Companhia. A operação possui vencimento em outubro de 2025.

O FIDC foi estruturado a partir de investimentos de terceiros em 80% das cotas seniores que possuem uma taxa meta de remuneração de CDI + 1,8% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024, a meta de remuneração do FIDC é de 100% do CDI mensal.

A Companhia é cotista de 18,8% do fundo, por meio de 64.860 cotas subordinadas mezanino. Sendo o restante, também investido por terceiros em formato de cotas subordinadas júnior sem meta de remuneração. O fundo cumpre os requisitos de realizar transferência substancial dos riscos e benefícios vinculados ao ativo financeiro conforme prevê o CPC 48 / IFRS 9. Em virtude disso, a Companhia realizou o desreconhecimento dos ativos financeiros, resultando na baixa dos saldos das contas a receber cedidas dos seus demonstrativos contábeis.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de menor risco e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber no mercado interno	310.209	552.074	312.635	553.070
Contas a receber no mercado externo	-	1.764	210.183	69.136
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	691.262	428.747	74.091	102.544
Operações de crédito	-	-	219.641	112.698
	1.625.489	1.408.138	1.440.568	1.263.001
(-) Provisão para perdas esperadas	(33.850)	(12.431)	(38.456)	(17.110)
Total de contas a receber	1.591.639	1.395.707	1.402.112	1.245.891
Circulante	1.586.065	1.388.495	1.396.538	1.238.679
Não circulante	5.574	7.212	5.574	7.212

As “Contas a receber – cédula de produtor rural” são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em *commodities* agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A Vencer	1.445.809	1.321.909	1.256.282	1.172.093
Vencidos	145.830	73.798	145.830	73.798
De 1 a 30 dias	113.025	63.610	113.025	63.610
De 31 a 60 dias	6.596	7.911	6.596	7.911
De 61 a 90 dias	26.209	2.277	26.209	2.277
	1.591.639	1.395.707	1.402.112	1.245.891

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas - acima dos montantes provisionados, considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes.

A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(12.431)	(7.126)	(17.110)	(7.126)
Adições	(43.416)	(6.097)	(43.343)	(9.423)
Adições: aquisição de controlada	-	-	-	(1.353)
Reversão/Realização	21.997	792	21.997	792
Saldo no final do exercício	(33.850)	(12.431)	(38.456)	(17.110)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

As operações de crédito apresentadas no saldo consolidado pertencem a controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e estão demonstradas contabilmente segregadas pelo ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, é conforme segue:

	Consolidado
	31/12/2024
Capital de Giro Pré	218.567
Crédito Pessoal	608
Consignado Privado	466
Total da carteira de crédito	219.641
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.606)
Operações de crédito	215.035

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	152.147	158.272	152.340	158.334
CSLL	36.173	47.841	36.173	47.841
PIS	91.878	64.770	91.878	64.770
COFINS	90.074	91.039	90.074	91.039
Retenções	138	138	141	138
IRF aplicações financeiras	-	14.675	28	14.675
ICMS	55.613	24.006	55.613	24.006
FETHAB	398	45	398	45
Total	426.421	400.786	426.645	400.848
Circulante	209.116	206.992	209.340	207.054
Não circulante	217.305	193.794	217.305	193.794

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa.

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 25. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

A partir de 01 de maio de 2023, o regime de tributação monofásica regido pelo convenio 199/2022 impossibilitou a tomada de crédito de ICMS nas indústrias de Biodiesel, se tornando incompatível com o regime geral de apuração do imposto das demais filiais. Sendo assim a companhia acumulou um saldo credor de ICMS nas demais filiais de R\$ 54.907, no período de 01 de maio 2023 a 31 de dezembro de 2024.

7. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados ajustados a valor justo em contrapartida do resultado.

Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço.

O grupo de estoques está assim composto:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Registrados a custo de aquisição/produção		
Aubos e fertilizantes	32.068	29.860
Defensivos	541.721	536.502
Biodiesel	110.971	101.930
Adiantamentos a fornecedores (*)	138.557	148.356
Outros	101.295	67.790
	924.612	884.438
Commodities a valor justo		
Grãos	672.105	447.494
Óleo e farelo	324.271	184.082
	996.376	631.576
Total	1.920.988	1.516.014

(*) Os adiantamentos foram concedidos em negociações com fornecedores de proteção de cultivo e fertilizantes, sendo que esses adiantamentos são substancialmente realizados por meio do recebimento de estoques. Esses adiantamentos foram efetuados em função de negociações de preço, volume de produtos e prazo para entrega.

As cotações médias utilizadas na valorização dos estoques de *commodities* na data das demonstrações financeiras foram obtidas através de fontes públicas independentes, conforme segue:

	Hierarquia do valor Justo	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
		Valor sacas	Quantidade	31/12/2024	Valor sacas	Quantidade	Saldo
Soja*	Nível 2	138	2.180	301.712	140	1.022	142.969
Milho*	Nível 2	55	143	7.892	45	903	40.673
Trigo*	Nível 2	78	3.556	277.401	70	2.792	195.418
Semente soja**	Nível 3	516	26	13.516	451	48	21.634
Semente trigo **	Nível 3	143	474	67.779	126	186	23.346
Outras sementes**	Nível 3	1.575	2	3.805	830	28	23.454
Farelo***	Nível 2	2.081	119	247.730	2.443	58	142.886
Óleo***	Nível 2	5.826	13	76.541	4.120	10	41.196
				996.376			631.576

(*) Em milhares de sacas de 60kg.

(**) Em milhares de sacas de 40kg.

(***) Em milhares de toneladas.

A análise de sensibilidade dos estoques de *commodities* está demonstrada na nota explicativa 15 – Gestão de riscos, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia.

8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros ativos	1.026.109	592.465
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	624.018	425.553
Instrumentos financeiros derivativos	402.092	166.912
Contratos a termo de <i>commodities</i>	338.821	115.173
Operações de <i>hedge</i> – Ativo	4.991	6.105
Operações de swap sobre empréstimos	35.382	-
Operações de NDF – Ativo	22.898	45.634
Ativo ambiental	1.012	-
Estoques <i>commodities</i> (Nota 7)	996.376	631.576
Total ativo	2.023.497	1.224.041
Instrumentos financeiros passivos		
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 12)	1.023.698	830.112
Instrumentos financeiros derivativos	332.130	77.445
Contratos a termo de <i>commodities</i>	78.032	61.754
Operações de <i>hedge</i> - Passivo	16.078	-
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	3.331	236
Operações de NDF	234.689	15.455
Total passivo	1.355.828	907.557

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros e não financeiros no balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis significativos utilizados.

A análise de sensibilidade dos ativos e passivos mensurados a valor justo está demonstrada na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia.

8. Valor justo--Continuação

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Swaps de taxa de juros	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de <i>swap</i> , preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. A estimativa do valor justo está sujeita a atualização após análise comparando o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos <i>spreads</i> de crédito derivados de crédito <i>default swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável
Cédulas de Crédito do Produtor Rural (CPR)	O valor justo das cédulas de crédito do produtor rural é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento do contrato descontado em 31 de dezembro de 2024, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Não aplicável.	Não aplicável.
Fornecedores de <i>commodities</i> a fixar	O valor justo dos fornecedores de <i>commodities</i> a fixar é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento do contrato descontado em 31 de dezembro de 2024.	Não aplicável.	Não aplicável.
Contratos a termo de <i>commodities</i>	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a termo de <i>commodities</i> é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento do contrato descontado em 31 de dezembro de 2024, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de <i>hedge</i> de <i>commodities</i>	O valor justo das operações de <i>hedge</i> de <i>commodities</i> é determinado de acordo com a variação do mercado, podendo obter ajustes positivos ou negativos. Em uma análise de movimentação de valor de cada <i>commodity</i> em determinado exercício é realizada uma avaliação do preço atual em confronto o saldo contábil registrado na data base do contrato. A função do <i>hedge</i> em derivativos serve para proteger a Companhia de variações de mercado, evitando que a imprevisibilidade prejudique as transações e afete todo o resultado dessas <i>commodities</i> .	Não aplicável.	Não aplicável.
Estoques de <i>commodities</i>	O valor justo dos estoques é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2024, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela PTAX na mesma data.	Cotações sementes de soja, trigo e milho.	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo.
Ativo ambiental	O ativo ambiental (CBIOS) é determinado pelo preço - de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2024, sendo o valor resultante descontado do valor em estoque.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de NDF	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de NDF é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável.	Não aplicável.

9. Investimentos

O total de investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2024 é composto pelo seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participação em Controladas	134.522	46.627	-	-
Participação em Coligadas	-	-	1.760	-
Participação em Controladas em Conjunto	-	-	3.419	-
Total dos investimentos do período	134.522	46.627	5.179	-

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na controladora com saldo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Acionária %	Participação no Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Transação de Capital com Sócios	Ajuste Acumulado de Conversão	Equivalência Patrimonial
3T <i>International</i> S.A.	1	71.094	100%	71.094	1	-	9.958	51.162
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	53.800	50.748	100%	50.748	53.800	(2.969)	-	690
Tentos Participações Ltda.	20.139	20.684	100%	20.684	20.139	-	-	2.527
Total	73.940	142.526		142.526	73.940	(2.969)	9.958	54.379

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2023	Integralização de Capital	Ajuste de Conversão	Equivalência Patrimonial	Ajuste de participação	Saldos em 31/12/2024
3T <i>International</i> S.A.	9.691	-	10.241	51.162	-	71.094
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda	33.383	17.603	-	690	(928)	50.748
Tentos Participações Ltda	3.553	6.600	-	2.527	-	12.680
Total	46.627	24.203	10.241	54.379	(928)	134.522

Os principais saldos de investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas/Custos
3T <i>International</i> S.A.	712.010	3	640.919	-	71.094	5.093.605	(5.042.443)
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. (**)	230.602	2.785	170.833	11.806	50.748	34.988	(34.297)
Tentos Participações Ltda. (*)	8.450	28.005	6.403	9.368	20.684	6.376	(6.107)
Total	951.062	30.793	818.155	21.174	142.526	5.134.969	(5.082.847)

(*) Saldo consolidando as controladas indiretas Tentos Corretora de Seguros Ltda., Tentos Promotora de Vendas Ltda. e Mates Locações Aéreas Ltda.

(**) Saldo consolidando a controlada indireta Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, os arrendamentos referem-se ao direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas que variam de 7,00% a 16,66% a.a., calculadas considerando a “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 5 anos.

A Companhia mantém ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de lojas comerciais e escritórios, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Dentre esses, durante o exercício de 2023, a Companhia teve adição de novos contratos de arrendamento, na controladora, com incremento de R\$ 1.233, e no consolidado, com incremento de R\$ 411. No período de 2024 houve adição de novos contratos na controladora de R\$ 1.844, e R\$ 414 no consolidado.

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	14.472	23.337
Adições de novos contratos	1.233	1.645
Remensurações de contratos	383	(547)
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(5.414)	(6.329)
Saldo em 31/12/2023	10.674	18.106
Adições de novos contratos	1.844	2.258
Remensurações de contratos	7.260	6.160
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(3.427)	(4.575)
Saldo em 31/12/2024	16.351	21.949

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	14.952	23.817
Adições de novos contratos	1.233	1.645
Remensurações de contratos	383	(547)
Realização dos juros sobre passivo de arrendamento	1.401	1.675
(-) Pagamentos	(6.343)	(7.597)
Saldo em 31/12/2023	11.626	18.993
Adições de novos contratos	1.844	2.258
Remensurações de contratos	7.260	6.160
Realizações dos juros sobre passivo de arrendamento	1.367	1.264
(-) Pagamentos	(4.365)	(5.416)
Saldo em 31/12/2024	17.732	23.259
Passivo circulante	5.344	7.416
Passivo não circulante	12.388	15.843

Em 31 de dezembro de 2024, a análise dos saldos do passivo de arrendamentos por vencimento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Até 1 ano	5.344	7.416
De 1 a 2 anos	3.712	5.514
De 2 a 3 anos	3.528	5.181
De 3 a 4 anos	738	738
De 4 a 5 anos	353	353
Acima de 5 anos	4.057	4.057
	17.732	23.259

11. Imobilizado

11.1. Controladora

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	4.353	950.630	1.638.515
Adições	1.369	691	1.136	18.137	11.324	3.753	3.826	1.510	456.742	498.488
Baixas	-	-	-	(659)	(1.221)	(20)	(65)	(13)	-	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175	602.128	10.428	13.979	5.954	644.048	2.135.025
Adições	38.790	141	1.628	33.277	10.515	2.192	4.088	689	690.866	782.186
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)	(1.066)	(23)	(190)	(45)	-	(4.517)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433	120.342	(8)	145	(1.500)	(364.781)	-
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	163.753	731.919	12.589	18.022	5.098	970.133	2.912.694
Depreciação										
Saldo em 01/01/2023	-	(36.694)	(15.729)	(35.966)	(60.262)	(1.991)	(4.038)	(1.535)	-	(156.215)
Depreciação	-	(5.855)	(4.962)	(13.717)	(23.309)	(697)	(1.958)	(540)	-	(51.038)
Baixa de depreciação	-	-	-	474	860	11	59	9	-	1.413
Transferências	-	(3.499)	448	48	3.016	19	8	(40)	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.161)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(2.106)	-	(205.840)
Depreciação	-	(11.185)	(15.079)	(15.792)	(43.205)	(1.066)	(2.608)	(520)	-	(89.455)
Baixa de depreciação	-	8	1	2.204	870	17	159	30	-	3.289
Transferências	-	97	(188)	(7)	(644)	225	(36)	553	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.756)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(2.043)	-	(292.006)
Valor líquido contábil										
Saldo em 31/12/2023	65.051	502.200	92.771	83.014	522.433	7.770	8.050	3.848	644.048	1.929.185
Saldo em 31/12/2024	103.841	662.259	152.443	100.997	609.245	9.107	9.608	3.055	970.133	2.620.688

11. Imobilizado--Continuação
11.2. Consolidado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Aeronaves	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo											
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	18.217	4.353	950.630	1.656.732
Adições de aquisições em controladas	-	-	-	188	-	-	-	-	-	-	188
Adições	1.369	691	1.136	18.441	11.324	3.753	3.830	-	1.510	456.742	498.796
Baixas	-	-	-	(659)	(1.221)	(20)	(65)	-	(13)	-	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	-	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.667	602.128	10.428	13.983	18.217	5.954	644.048	2.153.738
Adições	38.790	141	1.628	33.512	10.515	2.192	4.087	-	689	690.866	782.420
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)	(1.066)	(23)	(190)	-	(45)	-	(4.517)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433	120.342	(8)	145	-	(1.500)	(364.781)	-
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	164.480	731.919	12.589	18.025	18.217	5.098	970.133	2.931.641
Depreciação											
Saldo em 01/01/2023	-	(36.694)	(15.729)	(35.966)	(60.262)	(1.991)	(4.038)	(278)	(1.535)	-	(156.493)
Depreciação	-	(5.855)	(4.962)	(13.789)	(23.309)	(697)	(1.958)	(33)	(540)	-	(51.143)
Baixa de depreciação	-	-	-	474	860	11	59	-	9	-	1.413
Transferências	-	(3.499)	448	48	3.016	19	8	-	(40)	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.233)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(311)	(2.106)	-	(206.223)
Depreciação	-	(11.185)	(15.079)	(15.928)	(43.205)	(1.066)	(2.608)	(405)	(520)	-	(89.996)
Baixa de depreciação	-	8	1	2.204	870	17	159	-	30	-	3.289
Transferências	-	97	(188)	(7)	(644)	225	(36)	-	553	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.964)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(716)	(2.043)	-	(292.930)
Valor líquido contábil											
Saldo em 31/12/2023	65.051	502.200	92.771	83.434	522.433	7.770	8.054	17.906	3.848	644.048	1.947.515
Saldo em 31/12/2024	103.841	662.259	152.443	101.516	609.245	9.107	9.611	17.501	3.055	970.133	2.638.711

11. Imobilizado--Continuação

a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2024 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliações nas indústrias. A Companhia segue com as reformas e ampliações na Indústria de extração de óleo de Ijuí/RS e de Cruz Alta/RS, com previsão de conclusão das obras durante o exercício de 2025. A indústria de Vera/MT segue com obras de melhoria e ampliação da atual estrutura já em funcionamento, cuja conclusão está prevista ao longo do exercício de 2025. Também existem obras em andamento relacionadas às novas filiais comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e a nova indústria de Etanol de Milho, em Porto Alegre do Norte/MT.

No quarto trimestre de 2024, foi concluída parte da obra referente ao projeto da Indústria de Vera/MT e Cruz Alta/RS. Também foram realizadas imobilizações de lojas comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 9.208 (R\$ 11.523 em 31 de dezembro de 2023) referente a juros capitalizados sobre financiamentos para aquisição de imobilizado. O valor foi alocado no grupo de imobilizado em andamento para posterior imobilização assim que o ativo financiado estiver concluído, tendo em vista que os ativos em construção são considerados ativos qualificáveis. No período, a taxa média ponderada dos juros dos contratos capitalizáveis foi de 11,07% ao ano, que correspondem a contratos indexados substancialmente ao CDI somado a uma taxa pré-fixada.

b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 13.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado de forma constante pela Administração, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

12. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores no mercado interno	959.570	1.124.277	987.137	1.124.086
Fornecedores no mercado externo	62.436	78.069	62.436	78.069
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 8)	1.023.698	830.112	1.023.698	830.112
	2.045.704	2.032.458	2.073.271	2.032.267
Circulante	2.045.678	2.032.321	2.073.245	2.032.130
Não circulante	26	137	26	137

12. Fornecedores--Continuação

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, bem como devido ao momento de fixação ocorrer por liberalidade do produtor rural, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

Controladora						
			31/12/2024	31/12/2023		
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média a.a.	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	jan/25 a mar/29	13,71%	331.875	381.129	236.756	580.448
Financiamentos	jan/25 a jul/35	14,34%	112.890	112.486	61.353	78.182
Adiantamento contrato de câmbio	-	-	-	-	95.245	-
Adiantamento para exportação	fev/25 a fev/29	7,40%	87.990	86.419	88.434	38.752
Pré-pagamento antecipado de exportação	fev/25 a ago/25	6,36%	210.619	-	-	-
Debênture	abr/25 a abr/29	14,25%	14.642	553.971	-	-
Total			758.016	1.134.005	481.788	697.382

Consolidado						
			31/12/2024	31/12/2023		
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média a.a.	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	jan/25 a mar/29	13,71%	331.875	381.129	236.756	580.448
Financiamentos	jan/25 a jul/35	14,34%	112.890	112.486	61.353	78.182
Adiantamento contrato de câmbio	-	-	-	-	95.245	-
Adiantamento para exportação	fev/25 a fev/29	7,40%	87.990	86.419	88.434	38.752
Pré-pagamento antecipado de exportação	fev/25 a ago/25	6,36%	210.619	-	-	-
Debênture	abr/25 a abr/29	14,25%	14.641	553.970	-	-
Depósitos bancários	jan/25 a jun/26	11,71%	163.053	11.807	80.341	13.001
Total			921.068	1.145.811	562.129	710.383

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2023	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2023	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	367.464	19%	95.245	8%	367.464	18%	95.245	7%
Moeda nacional (BRL)	1.524.557	81%	1.083.925	92%	1.699.415	82%	1.177.266	93%
	1.892.021	100%	1.179.170	100%	2.066.879	100%	1.272.511	100%

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Alienação fiduciária – imóveis	269.240	348.384
Alienação fiduciária – bens móveis e hipotecas	-	20.000
Avais*	430.141	414.804
Estoques	493.509	395.982
	1.192.890	1.179.170

*Os avais são concedidos pelos acionistas controladores da Companhia, sem nenhuma remuneração.

Em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, além dos saldos provenientes da controladora, existem saldos de empréstimos e financiamentos relacionados à instituição financeira que é controlada pela Companhia. Desta forma, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controlada não possuem garantias.

Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	758.016	481.788	921.068	575.130
2 a 3 anos	443.837	434.134	455.643	434.134
3 a 5 anos	684.236	194.630	684.236	194.630
Acima de 5 anos	5.932	68.618	5.932	68.618
	1.892.021	1.179.170	2.066.879	1.272.512

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras. Exigem ainda que a Companhia não possua protestos legítimos e ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, também, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras.

Há o compromisso da Companhia em não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis, e fazer com que cada uma de suas afiliadas, subsidiárias e todas as pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a Companhia ou qualquer uma de suas afiliadas ou subsidiárias faz negócios.

Além das cláusulas supracitadas, deve-se manter durante a vigência de contrato específico determinado percentual do índice: Dívida Financeira Líquida/Ebitda de até 3,00. A avaliação do cumprimento dessa cláusula é realizada anualmente para empréstimos e financiamentos e trimestralmente para a Debênture.

Debênture:

Em 05 de abril de 2024 a Companhia comunicou ao mercado a Oferta de distribuição pública de sua primeira debênture sob rito de registro automático de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única no valor inicial de R\$ 500.000 com a possibilidade de lote adicional de até 25% do valor total da Emissão. A classificação de risco da emissão (rating) atribuída pela Standard & Poor's Rating do Brasil Ltda. foi "AA – estável".

O prazo de liquidação deste contrato vai até 2029, ano no qual será quitado todo montante de principal. Até lá, anualmente será realizado o pagamento dos juros. A taxa de juros média do contrato é de 12,75% ao ano.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.096.070	4.173	14.952	1.096.070	4.173	23.817
Alterações que afetam caixa	(53.738)	(57.238)	(6.343)	(40.445)	(57.238)	(7.597)
Pagamento de Dividendos	-	(57.238)	-	-	(57.238)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(6.343)	-	-	(7.597)
Empréstimos captados	987.577	-	-	1.042.342	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(905.424)	-	-	(946.896)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(135.891)	-	-	(135.891)	-	-
Alterações que não afetam caixa	136.838	53.065	3.017	216.887	53.065	2.773
Ingresso de empréstimos por aquisição de controlada	-	-	-	75.272	-	-
Passivo de arrendamento - Adição/Baixa	-	-	1.616	-	-	1.098
Variação monetária e encargos sobre empréstimos	123.315	-	-	130.092	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.401	-	-	1.675
Juros capitalizados	11.523	-	-	11.523	-	-
Dividendos destacados/provisionados	-	53.065	-	-	53.065	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.179.170	-	11.626	1.272.512	-	18.993
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.179.170	-	11.626	1.272.512	-	18.993
Alterações que afetam caixa	452.392	(58.411)	(4.365)	522.870	(58.411)	(5.416)
Pagamento de Dividendos	-	(58.411)	-	-	(58.411)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(4.365)	-	-	(5.416)
Empréstimos captados	1.233.005	-	-	1.439.766	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(618.097)	-	-	(754.380)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(162.516)	-	-	(162.516)	-	-
Alterações que não afetam caixa	260.459	84.595	10.471	271.497	84.595	9.682
Passivo de arrendamento - Adição/Baixa/Remensuração	-	-	9.104	-	-	8.418
Variação monetária e encargos sobre empréstimos	259.946	-	-	270.984	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.367	-	-	1.264
Juros capitalizados	9.208	-	-	9.208	-	-
Dividendos destacados/provisionados	-	84.595	-	-	84.595	-
Custas da debênture	(8.695)	-	-	(8.695)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.892.021	26.184	17.732	2.066.879	26.184	23.259

14. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	3.246.332	2.501.739	3.577.478	2.638.737
Custo amortizado	1.033.574	970.154	844.047	820.338
Contas a receber	967.621	970.154	778.094	820.338
Aplicações financeiras (FIDIC)	65.953	-	65.953	-
Valor justo por meio do resultado	2.212.758	1.531.585	2.733.431	1.818.399
Caixa e equivalentes de caixa	1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483
Aplicações financeiras	1.384	179.482	9.451	197.451
Cédula de produtor rural (CPR)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contratos a termo de <i>commodities</i>	338.821	115.173	338.821	115.173
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	35.382	-	35.382	-
Operações de hedge	4.991	6.105	4.991	6.105
Ativo Ambiental	1.012	-	1.012	-
Operações NDF - Ativo	22.898	45.634	22.898	45.634

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros	4.381.568	3.317.510	4.599.136	3.432.410
Custo amortizado	3.025.740	2.409.953	3.243.308	2.524.853
Fornecedores	1.022.006	1.202.346	1.049.573	1.202.155
Empréstimos e financiamentos	1.892.021	1.179.170	2.066.879	1.272.511
Passivo de arrendamento	17.732	11.626	23.259	18.993
Outros passivos	93.981	16.811	103.597	31.194
Valor justo por meio do resultado	1.355.828	907.557	1.355.828	907.557
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	1.023.698	830.112	1.023.698	830.112
Contratos a termo de <i>commodities</i>	78.032	61.754	78.032	61.754
Operações de hedge	16.078	-	16.078	-
Operações <i>Swap</i> sobre empréstimos	3.331	236	3.331	236
Operações de NDF - Passivo	234.689	15.455	234.689	15.455

14. Instrumentos financeiros--Continuação

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2024	31/12/2023	Nível 2 31/12/2024	Nível 2 31/12/2023
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	2.212.758	1.531.585	2.212.758	1.531.585
Caixa e equivalentes de caixa	1.184.252	759.638	1.184.252	759.638
Aplicações financeiras	1.384	179.482	1.384	179.482
Cédula de produtor rural (CPR)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contratos a termo de commodities	338.821	115.173	338.821	115.173
Operações de hedge	4.991	6.105	4.991	6.105
Operações de swap sobre empréstimos	35.382	-	35.382	-
Ativo Ambiental	1.012	-	1.012	-
Operações NDF - Ativo	22.898	45.634	22.898	45.634
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	1.355.828	907.557	1.355.828	907.557
Fornecedores a fixar de commodities	1.023.698	830.112	1.023.698	830.112
Contratos a termo de commodities	78.032	61.754	78.032	61.754
Operações de hedge	16.078	-	16.078	-
Operações Swap sobre empréstimos	3.331	236	3.331	236
Operações de NDF - Passivo	234.689	15.455	234.689	15.455
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2024	31/12/2023	Nível 2 31/12/2024	Nível 2 31/12/2023
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	2.733.431	1.818.399	2.733.431	1.818.399
Caixa e equivalentes de caixa	1.696.858	1.028.483	1.696.858	1.028.483
Aplicações financeiras	9.451	197.451	9.451	197.451
Cédula de produtor rural (CPR)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contratos a termo de commodities	338.821	115.173	338.821	115.173
Operações de hedge	4.991	6.105	4.991	6.105
Operações de swap sobre empréstimos	35.382	-	35.382	-
Ativo Ambiental	1.012	-	1.012	-
Operações NDF - Ativo	22.898	45.634	22.898	45.634
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	1.355.828	907.557	1.355.828	907.557
Fornecedores a fixar de commodities	1.023.698	830.112	1.023.698	830.112
Contratos a termo de commodities	78.032	61.754	78.032	61.754
Operações de hedge	16.078	-	16.078	-
Operações Swap sobre empréstimos	3.331	236	3.331	236
Operações de NDF - Passivo	234.689	15.455	234.689	15.455

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa são compatíveis aos seus valores contábeis.

Contas a receber de clientes / Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR / Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Para este cálculo de valor justo, foi utilizado o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por instituições financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Passivo de arrendamento - O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

Outros ativos financeiros – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldos decorrentes de transações com partes relacionadas. Os valores justos de outros ativos financeiros não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Outros passivos – Saldos decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa. Para os outros passivos o valor contábil se aproxima do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de *commodities* e swaps sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – *commodities* - Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

15. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de *commodities*, risco cambial, risco de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

15. Gestão de risco--Continuação

A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições de risco.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - volatilidade no preço de <i>commodities</i>	Estoques e operações atreladas a <i>commodities</i> agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de <i>commodities</i> , contratos futuros e a termo
Risco de mercado – volatilidade do câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos e análise da exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade da taxa de juros	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

i) Riscos de preço de *commodities*

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Companhia gerencia sua posição de exposição ao preço de *commodities* através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete.

15. Gestão de risco--Continuaçãoi) Riscos de preço de *commodities*--Continuação

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em milhares de sacas de 60kg):

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo
Estoques	2.180	143	3.556	1.022	903	2.792
Contas a receber – CPR	3.339	2.341	5	1.831	268	20
Contratos a termo de <i>commodities</i> – compra	11.621	5.448	2.126	6.535	292	351
Contratos a termo de <i>commodities</i> – venda	(10.059)	(1.179)	(4.145)	(2.452)	(1.422)	(2.710)
Fornecedores a fixar <i>commodities</i>	(7.073)	(424)	(1.474)	(5.381)	(411)	(1.793)
Exposição líquida à variação de preço	8	6.329	68	1.555	(370)	(1.340)

Os fornecedores a fixar de *commodities* não possuem prazo determinado para fixar o preço. Dessa forma, a Companhia busca proteger a sua exposição através da Política de Gestão de Riscos, na qual mantém o saldo a fixar acobertado por ativos, como, estoque de grãos, óleo, biodiesel e farelo. A Companhia também dispõe de fluxo financeiro compatível com a sua exposição.

A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das *commodities* é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou receita de R\$ 367.063 em 31 de dezembro de 2024 (despesa de R\$ 15.872 em 31 de dezembro de 2023).

15. Gestão de risco--Continuação

 i) Riscos de preço de commodities--Continuação
Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Soja Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2024	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	2.180	138,00	301.712	172,50	75.197	207,00	150.395	103,50	(75.197)	69,00	(150.395)
Contas a receber - CPR	3.339	136,41	455.443	170,51	113.861	204,61	227.722	102,31	(113.861)	68,20	(227.722)
Contratos a termo - compra	11.621	129,69	1.507.212	162,12	376.803	194,54	753.606	97,27	(376.803)	64,85	(753.606)
Contratos a termo - venda	(10.059)	92,10	(926.436)	115,12	(231.609)	138,15	(463.218)	69,07	231.609	46,05	463.218
Fornecedores - grãos a fixar	(7.073)	127,47	(901.559)	159,33	(225.390)	191,20	(450.780)	95,60	225.390	63,73	450.780
	8		436.372		108.862		217.725		(108.862)		(217.725)

Milho Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2024	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	143	55	7.892	69	1.961	83	3.921	41	(1.961)	28	(3.921)
Contas a receber - CPR	2.341	45	106.350	57	26.587	68	53.175	34	(26.587)	23	(53.175)
Contratos a termo - compra	5.448	58	316.805	73	79.201	87	158.402	44	(79.201)	29	(158.402)
Contratos a termo - venda	(1.179)	40	(47.141)	50	(11.785)	60	(23.570)	30	11.785	20	23.570
Fornecedores - grãos a fixar	(424)	65	(27.474)	81	(6.868)	97	(13.736)	49	6.868	32	13.736
	6.329		356.432		89.096		178.192		(89.096)		(178.192)

15. Gestão de risco--Continuação

i) Riscos de preço de commodities--Continuação

Trigo Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2024	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	3.556	78	277.401	98	69.350	117	138.701	59	(69.350)	39	(138.701)
Contas a receber - CPR	5	78	389	98	97	117	195	59	(97)	39	(195)
Contratos a termo - compra	2.126	73	155.645	92	38.911	110	77.823	55	(38.911)	37	(77.823)
Contratos a termo - venda	(4.145)	77	(319.722)	96	(79.931)	116	(159.861)	58	79.931	39	159.861
Fornecedores - grãos a fixar	(1.474)	64	(93.650)	79	(23.412)	95	(46.826)	48	23.412	32	46.826
	68		20.063		5.015		10.032		(5.015)		(10.032)

Farelo Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2024	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - farelo ***	119	2.081	247.730	2.601	61.946	3.122	123.892	1.561	(61.946)	1.041	(123.892)
Contratos a termo - compra	15	779	11.678	973	2.920	1.168	5.839	584	(2.920)	389	(5.839)
Contratos a termo - venda	(390)	1.403	(547.188)	1.754	(136.797)	2.105	(273.594)	1.053	136.797	702	273.594
	(256)		(287.780)		(71.931)		(143.863)		71.931		143.863

Outros estoques	Qtd.	Cotação em 31/12/2024	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - soja semente **	26	516	13.516	645	3.376	774	6.752	387	(3.376)	258	(6.752)
Estoque - trigo semente **	474	143	67.779	179	16.953	215	33.907	107	(16.953)	72	(33.907)
Estoque - óleo ***	13	5.826	76.541	7.283	19.135	8.739	38.270	4.370	(19.135)	2.913	(38.270)
Estoque - outras sementes **	2	1.575	3.805	1.969	951	2.363	1.903	1.182	(951)	788	(1.903)
	515		161.641		40.415		80.832		(40.415)		(80.832)

(*) em milhares de sacas de 60kg.

(**) em milhares de sacas de 40kg (Exceto para Triticale que é em saca de 60kg)

(***) em milhares de toneladas.

15. Gestão de risco--Continuação

(ii) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano. A administração estabeleceu uma política que define que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger das variações das taxas de câmbio, além do acompanhamento periódico da exposição líquida em moeda estrangeira das suas operações. No quadro abaixo é demonstrada a exposição líquida da Companhia em milhares de dólares norte-americanos:

Instrumento financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	USD mil	USD mil	USD mil	USD mil
Bancos	2.335	17.673	83.335	17.673
Corretoras	30.645	10.176	30.645	10.176
Clientes	102.953	67.274	106.258	67.274
Fornecedores	(10.083)	(16.126)	(23.208)	(16.126)
Empréstimos e financiamentos	(47.010)	(19.673)	(47.010)	(19.673)
Exposição líquida a variação cambial	78.840	59.324	150.020	59.324

<i>Notional das operações NDF e Swap</i>		
	31/12/2024	31/12/2023
	USD mil	USD mil
Posição em Aberto		
NDF Compra	131.450	146.491
NDF Venda	438.298	266.184
Swap sobre empréstimos	33.000	3.631
Posição Fixada		
NDF Compra	-	58.940
NDF Venda	-	73.013

No quadro abaixo demonstramos as posições da Companhia, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado de Swap e NDF, a saber:

Descrição	Valor de referência (<i>notional</i>)			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Contratos a termo (NDF)	USD	569.748	544.628	R\$	(211.792)	30.179
Swap	USD	33.000	3.631	R\$	35.382	(237)
Total		602.748	548.259		(176.410)	29.942

15. Gestão de risco--Continuação

(ii) Risco cambial--Continuação

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à variação cambial no encerramento do período. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2024	Cotação em 31/12/2024 (*)	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Bancos	14.458	6,192	7,74	3.615	9,29	7.229	4,64	(3.615)	3,10	(7.229)
Corretoras	189.760	6,192	7,74	47.440	9,29	94.880	4,64	(47.440)	3,10	(94.880)
Clientes mercado externo	637.519	6,192	7,74	159.380	9,29	318.759	4,64	(159.380)	3,10	(318.759)
Fornecedores	(62.436)	6,192	7,74	(15.609)	9,29	(31.218)	4,64	15.609	3,10	31.218
Empréstimos e financiamentos	(291.100)	6,192	7,74	(72.775)	9,29	(145.550)	4,64	72.775	3,10	145.550
	488.201			122.051		244.100		(122.051)		(244.100)

(*) Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil.

(iii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de equivalentes de caixa, empréstimos e partes relacionadas com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. As taxas variáveis as quais a Companhia possui exposição principal são o CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) e IPCA (Índice Geral de Preços do Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros para os indexadores mais relevantes no encerramento do período. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

15. Gestão de risco--Continuação

(iii) Riscos de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade do risco de juros--Continuação

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – CDI

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2024	Indexador CDI	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Aplicações financeiras	547.461	12,15%	15,19%	16.629	18,23%	33.258	9,11%	(16.629)	6,08%	(33.258)
Aplicações financeiras – fundos	484.986	12,15%	15,19%	14.731	18,23%	29.463	9,11%	(14.731)	6,08%	(29.463)
Empréstimos e Financiamentos	(1.249.130)	12,15%	15,19%	(37.942)	18,23%	(75.885)	9,11%	37.942	6,08%	75.885
	(216.683)			(6.582)		(13.164)		6.582		13.164

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2024	Indexador CDI	Consolidado							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Aplicações financeiras	555.529	12,15%	15,19%	16.874	18,23%	33.748	9,11%	(16.874)	6,08%	(33.748)
Aplicações financeiras – fundos	484.986	12,15%	15,19%	14.731	18,23%	29.463	9,11%	(14.731)	6,08%	(29.463)
Empréstimos e Financiamentos	(1.423.989)	12,15%	15,19%	(43.254)	18,23%	(86.507)	9,11%	43.254	6,08%	86.507
	(383.474)			(11.649)		(23.296)		11.649		23.296

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – IPCA

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2024	Indexador IPCA	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Compromissada IPCA	16.861	4,83%	6,04%	204	7,25%	407	3,62%	(204)	2,42%	(407)
Partes relacionadas	9.909	4,83%	6,04%	120	7,25%	239	3,62%	(120)	2,42%	(239)
Financiamentos	(9.743)	4,83%	6,04%	(118)	7,25%	(235)	3,62%	118	2,42%	235
	17.027			206		411		(206)		(411)

15. Gestão de risco--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são calculadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração. As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. O *aging* dos saldos a receber está demonstrado na Nota 5.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito dos bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras é administrado pela Companhia com base em sua política de gerenciamento de riscos. Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

15. Gestão de risco--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela abaixo são os saldos projetados considerando as condições contratuais de cada passivo financeiro pelo seu prazo de desembolso contratual.

	Controladora			Controladora		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.045.678	26	-	2.032.321	137	-
Empréstimos e financiamentos	981.379	1.598.118	7.799	589.668	792.643	14.438
Passivos de arrendamentos	13.244	3.566	922	3.845	4.784	2.997
Parcelamentos tributários	1.092	1.534	31	1.487	2.361	415
Outras obrigações	93.981	-	-	16.811	-	-
	3.135.374	1.603.244	8.752	2.644.132	799.925	17.850

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.073.245	26	-	2.032.130	137	-
Empréstimos e financiamentos	1.144.431	1.609.924	7.799	678.809	792.643	14.438
Passivos de arrendamentos	15.315	7.023	921	5.802	10.193	2.998
Parcelamentos tributários	1.092	1.534	31	1.487	2.361	415
Outras obrigações	97.684	5.913	-	22.079	9.115	-
	3.331.767	1.624.420	8.751	2.740.307	814.449	17.851

15. Gestão de risco--Continuação

c) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente período.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida (caixa líquido), por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	1.892.021	1.179.170	2.066.879	1.272.512
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	332.130	77.445	332.130	77.445
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	(402.092)	(166.912)	(402.092)	(166.912)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.184.252)	(759.638)	(1.696.858)	(1.028.483)
Aplicações financeiras	(67.337)	(179.482)	(75.404)	(197.451)
Dívida líquida (A)	570.470	150.583	224.655	(42.889)
Patrimônio líquido	4.037.714	3.347.737	4.045.718	3.351.891
Soma do patrimônio líquido e caixa líquido (B)	4.608.184	3.498.320	4.270.373	3.309.002
Índice de alavancagem financeira – (A/B)	12%	4%	5%	-1%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante (a)	3.465.389	2.695.403	3.666.344	2.784.746
Passivo não circulante (b)	1.156.187	719.626	1.177.361	747.152
Patrimônio líquido (c)	4.037.714	3.347.737	4.045.718	3.351.891
Total (d)	8.659.290	6.762.766	8.889.423	6.883.789
Capital de terceiros (a+b)/d)	53,37%	50,50%	54,49%	51,31%
Capital próprio (c/d)	46,63%	49,50%	45,51%	48,69%

16. Receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes defensivos), venda de *commodities* (trigo, milho, soja e outros), bem como pela venda de biodiesel e produtos relacionados à extração do óleo degomado da soja (farelo de soja e outros). No consolidado, ainda são geradas receitas de intermediação financeira, oriundas da instituição financeira do Grupo.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	12.552.854	9.042.859	12.980.911	9.076.755
Venda mercado interno	7.815.615	6.481.406	7.806.228	5.985.021
Venda mercado externo	4.718.838	2.539.066	5.114.537	3.053.578
Serviços	18.401	22.387	25.158	25.847
Receitas da intermediação financeira	-	-	34.988	12.309
Deduções	(172.408)	(85.363)	(155.140)	(77.770)
Devoluções	(111.643)	(141.022)	(93.993)	(133.233)
Impostos sobre vendas	(520.295)	(179.328)	(520.677)	(179.524)
Crédito presumido de impostos	459.530	234.987	459.530	234.987
Receita operacional líquida	12.380.446	8.957.496	12.825.771	8.998.985

17. Custos e despesas por função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Por função</u>	(11.227.737)	(8.577.810)	(11.607.787)	(8.598.482)
Custo das mercadorias e produto vendidos	(9.981.240)	(7.751.833)	(10.294.268)	(7.752.979)
Despesas de vendas	(1.140.533)	(756.634)	(1.183.262)	(764.746)
Despesas administrativas	(84.545)	(64.038)	(106.824)	(71.818)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(21.419)	(5.305)	(23.433)	(8.939)
<u>Por natureza</u>	(11.227.737)	(8.577.810)	(11.607.787)	(8.598.482)
Custos das mercadorias vendidas	(5.019.042)	(3.724.468)	(5.319.433)	(3.720.621)
Custos das matérias-primas	(5.120.190)	(3.923.970)	(5.121.225)	(3.923.970)
Ajuste ao valor justo	367.063	15.872	367.063	15.872
Pessoal	(328.554)	(248.175)	(334.497)	(250.010)
Fretes/armazenagem/despachos	(790.124)	(359.442)	(790.145)	(359.460)
Serviços de terceiros	(55.886)	(61.417)	(69.765)	(65.409)
Despesas de depreciação e amortização	(90.154)	(51.191)	(90.788)	(51.268)
Depreciação de direito de uso	(3.427)	(5.414)	(4.575)	(6.329)
Combustíveis e lubrificantes	(29.616)	(27.418)	(30.847)	(27.893)
Água/luz/telefone/gás	(29.384)	(24.462)	(29.395)	(24.465)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(21.419)	(5.305)	(23.433)	(8.939)
Outras receitas/despesas líquidas	(107.004)	(162.420)	(149.146)	(170.997)
Despesas da intermediação financeira	-	-	(11.601)	(4.993)

Abaixo apresentamos a abertura por natureza dos valores de outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Por função</u>	27.612	41.384	27.243	41.187
Ativo Ambiental (CBIO)	22.447	28.727	22.447	28.727
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	5.165	12.657	4.796	12.460

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Varição cambial ativa	221.423	132.231	221.507	120.337
Varição monetária ativa	36.584	2.957	36.584	2.957
Juros e descontos obtidos	167.190	129.663	173.421	130.753
Ganho com SWAP - <i>Hedge</i>	40.032	6.704	40.032	6.704
Ganho com NDF - <i>Hedge</i>	109.696	86.180	109.696	86.180
Ganho com Derivativos <i>Commodities</i> - <i>Hedge</i>	191.410	43.481	191.410	43.481
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(10.390)	(7.866)	(10.390)	(7.866)
Receitas financeiras	755.945	393.350	762.260	382.546
Varição cambial passiva	(192.600)	(136.341)	(192.676)	(136.344)
Varição monetária passiva	(38.126)	(6.854)	(38.126)	(6.854)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(166.027)	(141.961)	(166.039)	(142.308)
Juros, tarifas e descontos	(47.974)	(27.175)	(61.412)	(27.965)
Despesas bancárias no exterior	(23.485)	(2.128)	(23.485)	(2.128)
Perda com SWAP - <i>Hedge</i>	(10.110)	(12.197)	(10.110)	(12.197)
Perda com NDF - <i>Hedge</i>	(461.952)	(31.462)	(461.952)	(31.462)
Perda com Derivativos <i>Commodities</i> - <i>Hedge</i>	(52.732)	(36.258)	(52.732)	(36.258)
Despesas financeiras	(993.006)	(394.376)	(1.006.532)	(395.516)
Resultado financeiro	(237.061)	(1.026)	(244.272)	(12.970)

19. Parcelamentos tributários

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 44 e 94 parcelas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento ICMS	709	1.931
Parcelamento PIS/COFINS	1.948	2.332
	2.657	4.263
Circulante	1.092	1.487
Não circulante	1.565	2.776

20. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(134.164)	(4.337)	(138.855)	(5.388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(104.852)	148.696	(105.806)	150.470
Resultado de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(239.016)	144.359	(244.661)	145.082

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	997.639	430.928	1.001.026	428.720
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(339.197)	(146.516)	(340.349)	(145.765)
Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	94.566	300.196	94.566	300.196
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	(9.949)	(9.949)	(9.949)	(9.949)
Stock Options	(6.229)	(3.121)	(6.229)	(3.121)
Outros	21.261	3.749	21.261	3.749
Resultado da Equivalência Patrimonial	18.493	-	-	-
Provisão Imposto sobre lucro auferido no exterior (TBU) e <i>Transfer Pricing</i>	(17.961)	-	-	-
Efeito de Controladas tributadas pelo Lucro Presumido	-	-	(3.961)	(28)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(239.016)	144.359	(244.661)	145.082
Alíquota efetiva	(23,96%)	33,50%	(24,44%)	33,84%

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 referem-se a:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para litígios	2.266	3.927
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	11.509	4.227
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	220.096	203.206
Ajuste valor justo de estoques	(217.332)	(146.932)
Diferença de taxas de depreciação	(43.234)	(27.522)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(1.715)	(2.662)
Outras diferenças temporárias	1.590	(1.185)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	181.924	238.831
Provisão para participação nos resultados	11.934	-
Impostos diferidos, líquidos	167.038	271.890

A seguir demonstramos a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos da controladora:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024				
	Saldo líquido em 31/12/2023	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para litígios	3.927	(1.661)	2.266	2.266	-
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	4.227	7.282	11.509	11.509	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	203.206	16.890	220.096	220.096	-
Ajuste valor justo de estoques	(146.932)	(70.400)	(217.332)	-	(217.332)
Diferença de taxas de depreciação	(27.522)	(15.712)	(43.234)	-	(43.234)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(2.662)	947	(1.715)	-	(1.715)
Outras diferenças temporárias	(1.185)	2.775	1.590	-	1.590
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	238.831	(56.907)	181.924	181.924	-
Provisão para participação nos resultados	-	11.934	11.934	-	11.934
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	271.890	(104.852)	167.038	415.795	(248.757)
Imposto líquido ativo (passivo)	271.890	(104.852)	167.038	415.795	(248.757)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				
	Saldo líquido em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para litígios	2.154	1.773	3.927	3.927	-
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	2.423	1.804	4.227	4.227	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	236.743	(33.537)	203.206	203.206	-
Ajuste valor justo de estoques	(163.969)	17.037	(146.932)	-	(146.932)
Diferença de taxas de depreciação	(20.706)	(6.816)	(27.522)	-	(27.522)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(2.742)	80	(2.662)	-	(2.662)
Outras diferenças temporárias	(4.850)	3.665	(1.185)	-	(1.185)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	74.141	164.690	238.831	238.831	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	123.194	148.696	271.890	450.191	(178.301)
Imposto líquido ativo (passivo)	123.194	148.696	271.890	450.191	(178.301)

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de *commodities*, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.

Em 31 de dezembro de 2024, revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. O valor remanescente de R\$ 181.924, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2024, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia, nos seguintes Exercícios:

Até um ano	74.947
Entre um e cinco anos	106.977
Total	181.924

Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois

As regras do modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não foram adotadas em nenhum país que a companhia possui operação, não produzindo efeitos nessas demonstrações financeiras. A Companhia vai avaliar os impactos caso ocorra adoção no futuro.

21. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisões trabalhistas	6.480	11.548
Provisões cíveis	25	2
Provisões ambientais	159	-
Total	6.664	11.550

A movimentação da provisão para litígios e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.336
Provisões constituídas durante o exercício	5.214
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.550
Reversões constituídas durante o exercício	(8.328)
Provisões constituídas durante o exercício	3.442
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.664

	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	121
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	116
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	52
Saldo em 31 de dezembro de 2024	168

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$ 5.545 e tributários no montante de R\$ 120 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.058 trabalhistas, R\$ 111 tributários e R\$ 100 cíveis em 31 de dezembro de 2023).

22. Partes relacionadas

Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda., pelo montante de R\$ 40.000. A transação foi realizada em condições acordadas entre as partes. As parcelas serão liquidadas em 10 anos, com atualização anual do IPCA. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios de reporte estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 referente a esta operação é de R\$ 9.909 (R\$ 13.262 em 31 de dezembro de 2023). O efeito da atualização do IPCA de doze meses no resultado é de R\$ 646 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2023).

Outras transações

A Companhia firmou, em 30 de novembro de 2021, contrato de consultoria jurídica com empresa controlada por membro do conselho de administração, com parcelas mensais de R\$ 20, por prazo indeterminado.

Em 11 de julho de 2023, foi efetivada e concluída, a aquisição da parte relacionada da Companhia, Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("TentosCap"), por meio de sua subsidiária Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. Maiores detalhes sobre a operação podem ser observados na Nota Explicativa número 1.2.

Operações da atividade principal

A Companhia possui operações de vendas de insumos e compra de grãos dentro das operações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, com as partes relacionadas João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel - Parceria Agrícola Dumoncel (acionistas), Tentos Promotora de Vendas, 3T *International*, Mates Locações Aéreas, Daniel Carneiro Sociedade de Advogados, Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e demais administradores. Essas transações são realizadas com condições e prazos semelhantes às operações realizadas com terceiros, com pagamentos e quitações em torno de 30 a 90 dias, cuja realização é esperada ainda para o próximo exercício.

22. Partes relacionadas--Continuação

Operações da atividade principal--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo circulante	Passivo circulante						
Parceria Agrícola Dumoncel (*)	66.005	3.587	89.459	2.302	66.005	3.587	89.459	2.302
Demais Administradores (*)	603	360	1.082	303	603	360	1.082	303
3T <i>International</i> . (*)	612.262	-	323.929	-	-	-	-	-
Sinuelo Participações (**)	9.909	-	13.262	-	9.909	-	13.262	-
Tentos Corretora de Seguros Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (TentosCap)	-	-	-	-	2.426	-	205	-
Total	691.262	4.022	428.747	2.868	78.943	3.947	104.008	2.605

(*) Saldos ativos classificados nas rubricas de contas a receber de clientes.

(**) Saldos ativos classificados na rubrica de contas a receber com partes relacionadas no balanço patrimonial.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Vendas e Serviços	Compras						
Parceria Agrícola Dumoncel	116.517	53.369	146.011	28.486	116.517	53.369	146.011	28.486
Demais Administradores	3.132	2.799	3.155	1.185	3.132	2.799	3.155	1.185
Tentos Corretora de Seguros LTDA	74	-	84	-	74	-	-	-
3T <i>International</i>	4.680.257	-	991.044	-	-	-	-	-
Mates Locações Aéreas	-	-	-	-	-	-	-	-
Tentos S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos	4.657	-	1.358	-	-	-	-	-
Total	4.804.637	56.168	1.141.652	29.671	119.723	56.168	149.166	29.671

A controladora também possui operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso das aeronaves da Mates Locações Aéreas que totalizaram em 2024 o montante de R\$3.569.

22. Partes relacionadas--Continuação

Honorários da administração

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados R\$ 17.820 de remuneração e encargos aos administradores (R\$ 15.656 em 31 de dezembro de 2023), além de despesa de R\$ R\$ 6.178 referentes a opções outorgadas aos administradores da Companhia (R\$ 9.179 em 31 de dezembro de 2023).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 26. Em Assembleia Geral Extraordinária em 04 de setembro de 2021 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2021 dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento no valor máximo de R\$ 120. Em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de abril de 2023 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2023, dos membros da administração da Companhia, estabelecendo o valor máximo de R\$ 21.740.

23. Patrimônio líquido

Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 31 de janeiro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, aprovou-se o aumento de capital diante da oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações no valor de R\$ 4.800 (quatro milhões e oitocentos mil reais) nos termos da Instrução CVM nº 400.

Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

23. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.565.587 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 498.298 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e oito mil ações) e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$1.565.587 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 498.298 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e oito mil ações) ações ordinárias. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	R\$ mil	Quant. de ações (mil)
31 de dezembro de 2022	1.562.429	497.018
RCA 20/03 – Aumento de capital	3.158	1.280
31 de dezembro de 2023	1.565.587	498.298
31 de dezembro de 2024	1.565.587	498.298

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 70.801 (R\$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de janeiro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 298 (R\$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	1.565.587	1.565.587
(-) Custos com a emissão de ações	(71.099)	(71.099)
Efeito tributário sobre custos com emissão de ações	24.174	24.174
Total	1.518.662	1.518.662

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.005 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2024, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R\$ 9.958 e 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ (283).

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26. O saldo da reserva de capital é de R\$ 40.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023).

Transação de capital com sócios (reflexa)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo na controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação.

Durante o exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da Controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R\$928.

O saldo da reserva de capital com sócios é de R\$ 2.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 2.969 no período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Ações em tesouraria

Em 12 de abril de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Poderão ser adquiridas 2.000.000 (dois milhões de ações), cujo prazo máximo para aquisição das ações era de até 18 meses, iniciando-se em 13 de abril de 2023 e encerrando-se em 13 de outubro de 2024.

Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. O programa prevê a aquisição de até 2.000.000 (dois milhões de ações), iniciando-se em 17 de dezembro de 2024 até o dia 17 de junho de 2025, tendo um prazo de até 18 meses para a recompra. Até 31 de dezembro de 2024 não foram adquiridas ações referentes ao programa aprovado.

Todas as ações foram adquiridas até a data do dia 13 de maio de 2024, a um preço médio de R\$10,60.

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Ações em tesouraria--Continuação

A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

	R\$ mil	Quant. de ações (mil)
RCA 12/04 – Aquisição	1.474	135
31 de dezembro de 2023	1.474	135
RCA 12/04 – Aquisição	19.991	1.865
Total de adquiridas até 31 de dezembro de 2024	21.465	2.000
Exercidas no plano de <i>Stock Options</i>	(20.299)	(1.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.166	110

Reserva de lucros

Reserva para incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua origemão:

(i) Crédito presumido de ICMS

Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais dos quais frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim.

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

23. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucros--Continuação

Reserva para incentivos fiscais--Continuação

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 36.896 (R\$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos).

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023.

Em 2024 a Companhia não registrou subvenção de isenção e redução em seu resultado, no entanto, constituiu reserva de R\$ 210.704 referente à recomposição do saldo da reserva que estava pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 não havia montante pendente de reserva a ser constituída com base em lucros futuros.

(iii) Diferimento da tributação do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes.

No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia optou por registrar retroativamente subvenção sobre as exportações de farelo ocorridas entre os anos de 2019 até 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 25.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício de diferimento do ICMS, no valor de R\$ 539.338 (R\$ 510.075, líquido do efeito da realização de dividendos).

23. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucros--Continuação

Reserva para incentivos fiscais--Continuação

(iii) Diferimento da tributação do ICMS--Continuação

Em 2024 a Companhia não registrou subvenção de diferimento em seu resultado, dessa forma, não possui obrigação de constituição dessa reserva.

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício de 2024, foi constituída Reserva Legal de R\$ 27.443 com base no lucro líquido resultante após a constituição das Reservas para incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

Reserva de investimento

A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Esta reserva obedece aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Para o exercício de 2024, foi constituída Reserva de Investimento de R\$ 426.477 com base no lucro líquido resultante após a constituição das reservas de incentivos fiscais, reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva de investimento, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 26.071. Adicionalmente, a Companhia propôs a destinação como dividendo adicional proposto o valor de R\$ 68.875, o qual será objeto de aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data futura.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía lucro livre para destinação do dividendo obrigatório, dessa forma, propôs o montante de R\$ 58.524 como dividendo adicional a partir da reserva de Incentivo Fiscal. O pagamento deste dividendo ocorreu no primeiro trimestre de 2024.

23. Patrimônio líquido--ContinuaçãoDividendos--Continuação

A composição dos cálculos dos dividendos, bem como da destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é apresentada abaixo:

		31/12/2024
Lucro líquido do Exercício		758.623
Ajuste de avaliação patrimonial		947
Lucro a destinar		759.570
Constituição Reserva de Subvenção		210.704
Lucro livre antes da Reserva Legal		548.866
Reserva Legal	5%	27.443
Lucro Livre		521.423
Dividendos Obrigatórios	5%	26.071
Dividendo Adicional Proposto	13,2%	68.875
Dividendo total		94.946
Saldo da Reserva de Investimento		426.477

24. Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	758.623	575.287	756.365	573.802
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	498.298	498.024	498.298	498.024
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	501.024	501.861	501.024	501.861
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	1,52243	1,15514	1,51790	1,15216
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	1,51415	1,14631	1,50964	1,14335

25. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos).

Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Até 31 de dezembro de 2023, especificamente para os incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo e diferimento do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante.

No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Incentivos	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	278.135	109.079
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos	-	247.600
Diferimento da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes	-	539.338
Total incentivos fiscais estaduais	278.135	896.017
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20)	94.566	304.646
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	188.360	126.443
Total incentivos fiscais federais	188.360	126.443
Total	466.495	1.022.460

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia baseou suas subvenções no acórdão da decisão proferida pelo STJ no dia 26 de abril de 2023 sobre o tema 1182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS, onde definiu a impossibilidade de aplicar o Pacto Federativo aos demais incentivos fiscais, mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL sem constituição de reserva. Houve também o reconhecimento que para os demais benefícios, como isenção, redução e diferimento de ICMS, podem ser excluídos da base do IRPJ/CSLL, desde que observado o art. 10 da LC 160/2017 e art. 30 da Lei 12.973/2014. Considerando opiniões legais dos assessores jurídicos da Companhia, não houve efeitos em função da referida decisão do STJ nas demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função da alteração da legislação, a Companhia passou a utilizar os benefícios fiscais de acordo com a nova Lei, mantendo apenas a Subvenção do Crédito Presumido, o que resultou na alteração da alíquota efetiva, gerando um aumento no imposto corrente da Companhia em relação ao que vinha sendo registrado nos últimos exercícios.

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais estaduais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS sobre as operações de venda, no Estado do Rio Grande do Sul conforme decreto 37.699/97 calculado com base em 66,67% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel. Crédito outorgado no estado do Mato Grosso, conforme decreto 2.212/2024 e regulamentada pelo Condeprodemat resolução 041/2019 calculado com base em 75% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, 70% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de subprodutos da fabricação do biodiesel, 41,67% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de óleo degomado de soja e 50% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de farelo e casca de soja.

Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito outorgado do Mato grosso a companhia contribui em 6% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado.

Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo, no montante de R\$ 43.649 referente ao exercício de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa do montante apurado, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os Exercícios em que a Companhia apresentou lucro tributável sobre este tipo de benefício. Para os Exercícios em que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu como um aumento do montante de prejuízo fiscal.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$ 278.135 e R\$ 109.079, respectivamente.

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos a isenções e reduções de base de cálculo do ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia.

Em 2020, a Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$ 110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$ 101.120 referem-se ao valor de principal e R\$ 9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência.

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais estaduais--Continuação

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 247.600. Em 31 de dezembro de 2024 não registramos valores referentes a essa subvenção no resultado.

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023.

Em 2024 a Companhia constituiu reserva de R\$ 210.704 referente a reserva pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía pendências de constituição de reservas.

Diferimento da tributação do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes ao diferimento da tributação do ICMS são decorrentes das operações de farelo e fertilizantes.

No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14.

Em setembro de 2023 a Companhia optou por registrar retroativamente subvenção sobre as exportações de farelo ocorridas entre os anos de 2019 até 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 25.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 539.338. Em 31 de dezembro de 2024 não registramos valores referentes a essa subvenção no resultado.

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivo fiscal federal

Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado, foi de R\$ 188.360 (R\$ 126.443 em 31 de dezembro de 2023).

26. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

O “Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 8.000.000 (oito milhões) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 03 de março de 2021. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R\$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,39.

O “Segundo Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 07 de março de 2022. O exercício de carência (*vesting*) é de 2 anos com liberações de 40% após o prazo de carência e mais 60% após 4 anos. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 7,52 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 5,97. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção.

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

O “Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 240.000 (duzentos e quarenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 27 de outubro de 2022 de maneira retroativa a 3 de março de 2022. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 8,87 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,51. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção.

O “Quarto Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.510.000 (um milhão e quinhentos e dez mil) de opções de compra de ações. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do quarto programa foi fixado em R\$ 9,08. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. A outorga das ações desse programa foi fracionada, conforme detalhado a seguir, e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia ainda possui 160.000 (cento e sessenta mil) ações disponíveis para outorga.

Primeira outorga “Quarto Programa”: realizada no montante total de 800.000 (oitocentas mil) ações, onde os beneficiários podem exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 05 de abril de 2023 e 22 de setembro de 2023. O valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 5,40.

Segunda outorga “Quarto Programa”: realizada no montante total de 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) ações, onde os beneficiários podem exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 25 de julho de 2024. O valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 3,91.

A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial.

Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)).

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade.

Quando da outorga do segundo, terceiro e quarto programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno.

Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga.

A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 6.178 (R\$ 9.180 em 31 de dezembro de 2023). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 40.594 (R\$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2024:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga
Número total de opções do plano	-	-	-	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	-	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	4,39	5,97	4,51	5,40	3,91
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%
Taxa de retorno livre de risco média (%)					
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%	11,96%	12,20%
5º Vencimento	7,71%	-	-	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)					
1º Vencimento	1	2	1	1	1
2º Vencimento	2	4	2	2	2
3º Vencimento	3	-	3	3	3
4º Vencimento	4	-	4	4	4
5º Vencimento	5	-	-	-	-
Preço de exercício das opções (R\$)	1,75	7,52	8,87	9,08	9,08
Média ponderada do preço das ações (R\$)	6,13	11,11	11	12,14	10,76

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 01/03/2025	37%	1.560
A partir de – 01/03/2026	57%	2.420
A partir de – 01/03/2027	4%	190
A partir de – 01/03/2028	1%	60

Em 24 de março de 2022, foram exercidas as opções de compra de 1.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 3.088, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 1,93.

Em 23 de dezembro de 2022, foram exercidas as opções de compra de 800.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas por empregado da Companhia participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 1.600, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 2.

Em 20 de março de 2023, foram exercidas as opções de compra de 1.280.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados participantes do Primeiro e Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 3.158, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 2,04 e R\$ 6,87, respectivamente.

Em abril, julho, agosto e setembro de 2024, foram exercidas as opções de compra de 1.890.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados participantes do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em uma baixa de ações em tesouraria de R\$ 20.299 a um custo médio de R\$10,74.

Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na Nota Explicativa 23. As movimentações das ações outorgadas nos programas de 2023 e 2024, estão apresentadas como segue:

Plano	Ano da Outorga	Quantidade de Ações				Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	
Primeiro Plano	2021	3.600	-	(1.200)	-	2.400
Segundo Plano	2022	1.050	-	(420)	-	630
Terceiro Plano	2022	120	-	(40)	-	80
Quarto Plano	2023	800	550	(230)	-	1.120
		5.570	550	(1.890)	-	4.230

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício		Número de opções	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 3,20	5.570	R\$ 3,03	6.090
Outorgadas durante o exercício	R\$ 9,08	550	R\$ 9,08	800
Exercidas durante o exercício	R\$ 4,32	(1.890)	R\$ 2,20	(1.280)
Canceladas durante o exercício	-	-	R\$ 8,87	(40)
Em circulação	R\$ 4,68	4.230	R\$ 3,20	5.570
Exercíveis	-	-	R\$ -	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 9,08.

27. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração utiliza essa mesma informação na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias, bem como é a informação recebida e utilizada pelo principal tomador de decisões operacionais. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

- (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de *commodities* agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas *commodities*, bem como dos ativos não monetários relacionados.
- (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel.

27. Informações por segmento--Continuação

A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Operacional				
Insumos	2.819.583	2.543.550	2.819.583	2.543.550
Grãos	2.998.755	1.777.675	3.257.422	1.766.232
Indústria	6.562.108	4.636.271	6.748.766	4.689.203
Receita operacional líquida	12.380.446	8.957.496	12.825.771	8.998.985
Insumos	(2.311.263)	(2.096.646)	(2.311.263)	(2.096.646)
Grãos	(2.661.602)	(1.607.168)	(2.913.981)	(1.608.314)
Indústria	(5.375.438)	(4.063.891)	(5.436.087)	(4.063.891)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(10.348.303)	(7.767.705)	(10.661.331)	(7.768.851)
Insumos	508.320	446.904	508.320	446.904
Grãos	337.153	170.507	343.441	157.918
Indústria	1.186.670	572.380	1.312.679	625.312
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo	2.032.143	1.189.791	2.164.440	1.230.134
Ajuste a valor justo	367.063	15.872	367.063	15.872
Lucro bruto	2.399.206	1.205.663	2.531.503	1.246.006

Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Controladora e Consolidado	
	Produto	31/12/2024
		% s/ Receita líquida
Cliente 1	Biodiesel	14,28%
Cliente 2	Biodiesel	11,81%
Cliente 3	Biodiesel	2,83%
Cliente 4	Farelo	2,47%
Cliente 5	Biodiesel	2,32%
Cliente 6	Biodiesel	2,16%

Cliente	Controladora e Consolidado	
	Produto	31/12/2023
		% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo	14,16%
Cliente 2	Biodiesel	8,43%
Cliente 3	Soja	2,92%
Cliente 4	Biodiesel	2,89%
Cliente 5	Soja	2,80%
Cliente 6	Farelo	2,74%

27. Informações por segmento--Continuação

Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

Continente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
África	-	-	167.888	7.418
América do Sul	4.646.958	1.291.050	37.737	298.314
América do Norte	-	4.444	46.010	81.129
Ásia	-	107.830	4.177.764	1.085.184
Europa	54.231	1.060.581	702.785	1.506.372
Oceania	-	75.161	-	75.161
	4.701.189	2.539.066	5.132.184	3.053.578

28. Transações não caixa

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de *Risk Sharing* que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas ou futuras, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor e o reconhecimento de um adiantamento para o fornecedor a ser utilizado para quitação de títulos futuros. Essa operação foi liquidada no exercício de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou operação de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor. Essa operação foi realizada no valor de R\$ 17.608 e foi liquidada em 22 de julho de 2024. Em 25 de novembro de 2024 foi celebrado novo contrato nas mesmas condições, no valor de R\$ 52.159 com vencimento para novembro de 2025.

Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou operação de nota comercial que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. O total dessas operações foram realizada no valor de R\$ 40.007 com vencimento para junho de 2025.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia deixou de efetuar pagamentos de aquisições de ativo imobilizado no montante de R\$ 76.246 tendo em vista que tal montante encontra-se a pagar a fornecedores.